

+ POSITIVO TECNOLOGIA

A INOVAÇÃO QUE VOCÊ VAI VIVER

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2026

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
E MANUAL PARA ASSEMBLEIA
GERAL, A SER REALIZADA EM
30 DE ABRIL DE 2026 – 15H00

positivotecnologia.com.br

V.1 30 DE MARÇO DE 2026

ÍNDICE

1. CONVITE	03
2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	04
2.1. Orientações para participação via Plataforma Digital	05
2.2. Orientações para participação mediante Boletim de Voto a Distância	07
2.2.1. Envio de boletins por intermédio de prestadores de serviços	08
2.2.2. Envio de boletins diretamente à Companhia.....	10
3. EDITAL DE CONVOCAÇÃO	12
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	15
4.1. Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025	15
4.2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	16
4.3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros	16
4.4. Fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano	16
4.5. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia	17
4.6. Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2026	18

ANEXOS

Anexo I – Item 2 do Formulário de Referência (Comentários)	20
Anexo II – Anexo A da Resolução CVM nº 81/22 (Destinação do Lucro)	48
Anexo III – Item 8 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)	54
Anexo IV – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência (Candidatos)	87

1. CONVITE

Ficam os Acionistas convidados a participar da Assembleia Geral Ordinária da Positivo Tecnologia S.A. (“Companhia” ou “Positivo Tecnologia”) que será realizada no dia **30 de abril de 2026**, às **15h00**, de forma **exclusivamente digital** (“AGO” ou “Assembleia”), por meio de sistema eletrônico Ten Meetings, cujo acesso se dará através do link **AGO POSITIVO**.

O Edital de Convocação, constante do item 3 da presente proposta, enumera, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem discutidas.

Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, encontram-se relacionados abaixo:

- I. Relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- II. Demonstrações Financeiras;
- III. Relatório dos Auditores Independentes;
- IV. Parecer do Conselho Fiscal; e
- V. Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria.

Referidos documentos foram disponibilizados, em 19 de março de 2026, aos Acionistas da Companhia: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm) por meio do sistema IPE; e (iv) website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Tais documentos foram, também, publicados, em 26 de março de 2026, nos jornais “Jornal Diário Comercial” (Edição Nacional) - <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/> e “Metrópole Jornal” (PR) - https://www.metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais.

Todos os demais documentos relativos à Assembleia que fazem parte deste Manual estão à disposição dos Acionistas, mediante agendamento prévio, no Departamento de Relações com Investidores, na sede da Companhia localizada na Rua João Bettega, 5200, Curitiba, PR, CEP 81.350-000 ou no escritório administrativo da Companhia, localizado na Rua James Joule, nº. 65, 15º andar, Cidade Monções, São Paulo, SP, CEP: 04576-080, bem como nos sites de Relações com Investidores da Companhia, da B3 e da CVM, acima indicados.

2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Informações e Diretrizes

Este material apresenta detalhes sobre os temas que serão discutidos e deliberados na Assembleia, além de fornecer as orientações necessárias para a participação dos Acionistas na AGO.

O presente manual tem o objetivo de garantir uma comunicação clara e tempestiva com os acionistas, em conformidade com as práticas adotadas pela Companhia e as exigências previstas na Lei das S.A. e na Resolução CVM nº 81/22.



30 de abril de 2026, às 15h00 (BRT)



Assembleia 100% Digital - [AGO POSITIVO](#)



Como Participar?

- Via Plataforma Eletrônica (Ten Meetings)
- Boletim de Voto à Distância



Dúvidas?

- Relações com Investidores
- Tel: +55 41 3239-7974 / +55 41 9215-9863
- E-mail: ri@positivo.com.br

Participação na Assembleia

A participação dos Acionistas na Assembleia da Positivo Tecnologia é fundamental, pois possibilita o exercício do direito de voto em temas relevantes e fortalece a governança corporativa por meio de uma gestão mais transparente e alinhada aos interesses dos investidores.

Visando a **ampliar e facilitar a participação de seus Acionistas**, a Companhia informa que a Assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("[Plataforma Digital](#)"), através do link [AGO POSITIVO](#).

A participação dos(as) acionistas poderá ser feita por **Plataforma Digital ou mediante envio de boletim de voto a distância** ("[BVD](#)"), nos termos da Resolução CVM nº 81 e de acordo com as orientações e instruções disponibilizadas adiante.



Quórum de Instalação

Em vista das matérias constantes da ordem do dia, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando, no mínimo, **1/4 (um quarto) do capital social** com direito a voto da Companhia.

Esclarecemos que, caso o quórum de instalação disposto acima não seja atingido em primeira convocação, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, nos termos do artigo 124, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Em segunda convocação, a AGO será instalada com a presença de qualquer número de Acionistas.



Para participação dos Acionistas na Assembleia, **independentemente do meio escolhido**, será exigida a apresentação dos seguintes **DOCUMENTOS**:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

Não será requerido que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira sejam traduzidos para a língua portuguesa ou registrados no Registro de Títulos e Documentos. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidas autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento.

Serão aceitos **documentos assinados digitalmente**, desde que a assinatura seja realizada utilizando certificado digital emitido por autoridade certificadora ou por meio de plataformas reconhecidas, de modo que a autenticidade da assinatura e a integridade do documento possam ser verificadas antes da sua aceitação.

2.1. Orientações para participação via Plataforma Digital

A Companhia disponibilizará Plataforma Digital que permitirá aos Acionistas participarem, se manifestarem e/ou votarem na Assembleia sem que se façam presentes fisicamente. Neste sentido, aos Acionistas que desejarem participar da AGO, deverão realizar seu cadastro no endereço eletrônico através do link **AGO POSITIVO** e anexar os documentos sinalizados no quadro acima (conforme aplicáveis), impreterivelmente, até o dia **28 de abril de 2026, inclusive**. O login e senha utilizados pelo Acionista quando de seu cadastro, serão utilizados para acessar a plataforma no dia da Assembleia.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, os Acionistas podem ser representados em AGO por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja Acionista da Companhia, administrador da Companhia, advogado, ou ainda por uma instituição financeira.

Nesse sentido, a administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da Assembleia.

a) Cadastro de Acionista Pessoa Física:

Aos Acionistas pessoas físicas que se cadastrarem na plataforma, deverão seguir o preenchimento do formulário de cadastro e, no item “2 Perfil”, selecionar a opção “Acionista”, bem como incluir os documentos solicitados pela plataforma.

b) Cadastro de Acionista Pessoa Jurídica:

Aos Acionistas pessoas jurídicas, que se façam presentes através de seus representantes legais, ou aos acionistas que sejam representados por procuradores, será obrigatória a realização do cadastro prévio da pessoa física que representará o Acionista. Assim, os procuradores deverão realizar o cadastro prévio com os seus dados no endereço eletrônico através do link [AGO POSITIVO](#). Adicionalmente, quando do preenchimento do formulário de cadastro, no item “2 Perfil” deverá ser selecionada a opção “Representante”, seguindo com a

inclusão dos documentos solicitados pela plataforma. Após realizar o cadastro como Representante, será disponibilizado na plataforma o Painel de Representante, onde deverão ser cadastrados todos os Acionistas que o representante/procurador irá representar, anexando todos os documentos pertinentes.

Quando o Acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia. O procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada Acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um Acionista somente poderá votar na Assembleia pelos Acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. O procedimento aqui descrito também deverá ser realizado até o dia **28 de abril de 2026, inclusive**.

Em caso de dúvidas, no link [AGO POSITIVO](#) está disponível o Manual da Plataforma de Assembleia da Ten *Meetings*, através do qual o Acionista poderá consultar para elucidar dúvidas sobre cadastro e videoconferência.

As credenciais de acesso utilizadas pelos Acionistas ou seus procuradores e representantes serão **personais e intransferíveis**. Caso um Acionista não consiga realizar seu cadastro conforme acima, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência em relação ao dia da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado.

No dia da Assembleia, os Acionistas deverão realizar seus acessos para participação na AGO através do link [AGO POSITIVO](#), inserindo na plataforma o seu login (e-mail ou CPF sem pontos e dígitos) e senha cadastrados.

Os Acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, da Resolução CVM nº 81/22.

Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas que acessem a Plataforma Digital

para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. O acesso à Assembleia não será permitido após o início dos trabalhos.

Orientações adicionais para participação remota via Plataforma Digital



A Companhia recomenda que os Acionistas **acessem a Plataforma Digital com antecedência** de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas.

A Companhia também sugere que os **Acionistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital** para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia, bem como **garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos** com a Plataforma, principalmente o uso de recursos de áudio e vídeo.

ATENÇÃO: Para acessar a Plataforma Digital, são necessários:

- (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e
- (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Edge.

Os navegadores Mozilla Firefox e Safari NÃO são compatíveis com a Plataforma Digital.

A Companhia não se responsabiliza por **problemas operacionais ou de conexão** que os Acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do Acionista com a internet ou incompatibilidade do Plataforma Digital com equipamento do Acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista na Assembleia.

2.2. Orientações para participação mediante Boletim de Voto a Distância – BVD

Conforme previsto nos artigos 31 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os Acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio dos respectivos boletins de voto a distância com relação à AGO (“Boletim” ou “BVD”).

O Boletim é um documento eletrônico, cuja forma reflete o Anexo M da Resolução CVM nº 81/22, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da Assembleia. Os modelos para preenchimento foram disponibilizados no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/informacoes-ao-mercado/documentos-cvm/>).

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. Será admitida a assinatura eletrônica, podendo ser utilizada tanto a certificação de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), quanto

qualquer outra, tendo a Companhia como já anuente deste formato, desde que se permita a validação da integridade e autoria do documento (conforme Medida Provisória 2.200– 2/2001).

A Companhia informa, desde já, que as instruções de voto recebidas por meio de BVD para a primeira convocação serão consideradas e utilizadas para a segunda convocação, caso necessário, desde que respeitado o prazo de 30 (trinta) dias entre uma assembleia e outra, conforme previsto no parágrafo único do Art. 49, da Resolução CVM 81/22. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância, deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

2.2.1. Envio de boletim pelo(a) acionista por intermédio de prestadores de serviços

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto via BVD por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir os seus votos a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou ao depositário central no qual as ações estejam depositadas, observadas as regras por esses determinadas.

a. Agente Escriturador

Acionistas com posição acionária em livro escritural podem exercer o voto à distância por intermédio do agente escriturador das ações de emissão da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.).

As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital, observado os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador (que pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>).

Em caso de dúvidas, favor consultar a página de perguntas frequentes <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/atendimento/perguntas-frequentes>.

Alternativamente, os Acionistas podem entrar em contato com agente escriturador da Companhia através dos telefones ou e-mail indicados abaixo:

- 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)
- 0800 7209285 (demais localidades)
- Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h00 às 18h00.

b. Agente de Custódia ou Depositário Central

O voto por meio do BVD será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia das referidas ações ou pelo depositário central.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto por meio do BVD deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto (i) à instituição e/ou corretora (agente de custódia) que mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3; ou (ii) por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, na Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, clicando em “Assembleias em Aberto.”

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância é facultativa aos agentes de custódia, recomendamos que o Acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

A Companhia informa que caso seu respectivo agente de custódia não preste o referido serviço, o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto a distância e documentos aplicáveis diretamente ao depositário central ou à própria Companhia, conforme descrito no item 2.2.2 a seguir.

2.2.2. Envio de boletim pelo(a) acionista diretamente à Companhia

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, podendo optar por uma das seguintes opções: (a) envio por e-mail; ou (b) envio via Plataforma Digital.

a. envio por e-mail



Para esta modalidade, o Acionista deverá encaminhar o BVD acompanhado da respectiva documentação indicada neste Manual para o e-mail ri@positivo.com.br.

A Companhia comunicará ao Acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto a distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Em caso de dúvidas, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por e-mail: ri@positivo.com.br ou por telefone +55 41 3239-7974.

b. envio pela Plataforma Digital



Para esta modalidade de envio de BVD, o Acionista deverá fazê-lo diretamente por meio de sistema eletrônico *Ten Meetings* – BVD Digital, conforme instruções constantes no vídeo disponível na página de acesso da AGO e/ou conforme instruções a seguir descritas:

- (i) o usuário deve acessar a plataforma da Ten Meeting pelo link **AGO POSITIVO**;
- (ii) realizar seu cadastro conforme descrito no item 2.1 deste Manual, sendo que no campo “Participação”, deverá selecionar a opção “Via Boletim de Voto à Distância (BVD)”, se dirigir ao campo “Assembleia” e clicar na opção “Assembleia”.
- (iii) em seguida basta registrar seus votos nos itens listados da pauta do dia e confirmar as opções de voto;
- (iv) na sequência, é necessário realizar a impressão do comprovante de voto no formato digital;
- (v) pronto, seu BVD digital estará devidamente registrado, ocasião em que a plataforma registrará a seguinte mensagem “Votos adicionados com sucesso”.

Divergências entre Boletins

Conforme art. 48, §§ 2º e 4º da Resolução CVM 81/22, caso haja divergências entre: (i) o BVD recebido diretamente pela Companhia ou recebido pelo depositário central e a instrução de voto contida no mapa analítico do escriturador, a instrução de voto proveniente do escriturador deve prevalecer; e (ii) o BVD recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa analítico do depositário central, a instrução de voto proveniente do depositário central deve prevalecer.

Ordem de preferência em caso de divergência:

1.  BVD Escriturador
2.  BVD Depositário Central
3.  BVD Companhia

O Boletim e os documentos necessários para participar da Assembleia via boletim deverão ser enviados para a Companhia em até 4 (quatro) dias antes da Assembleia, ou seja, dia 26 de abril de 2026 (inclusive).

Visando assegurar governança e clareza quanto aos prazos legais referentes à Assembleia Geral Ordinária, a seguir a Administração apresenta tabela cronológica dos marcos para realização da AGO:



3. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48

NIRE 41300071977

Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Positivo Tecnologia S.A. (“Positivo Tecnologia” ou “Companhia”) a reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária** (“Assembleia”), a ser realizada no dia **30 de abril de 2026, às 15h00**, de forma **exclusivamente digital**, por meio de sistema eletrônico **Ten Meetings**, cujo acesso se dará através do link <https://assembleia.ten.com.br/061649997> a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros;
- (iv) Fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano;
- (v) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e
- (vi) Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2026.

Informações Gerais:

a) A Companhia informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Ten Meetings (“Plataforma Digital”), reforçando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas. Esse formato, na visão da Companhia, é eficiente e inclusivo, na medida em que otimiza o acesso aos acionistas residentes e não-residentes no Brasil à Assembleia, ao mesmo tempo em que reduz os custos operacionais e logísticos para a Companhia e seus acionistas.

b) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81/22, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); (ii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários – (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

c) A AGO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os Acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boletins de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente

à realização da AGO (“Boletim”); ou, (ii) participação via sistema eletrônico pela plataforma *Ten Meetings* no momento da realização da AGO.

d) Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que pretenderem participar da Assembleia, nos termos do artigo 5º, §2º, Resolução CVM nº 81/22, deverão realizar o seu cadastro, por meio do link <https://assembleia.ten.com.br/061649997>, impreterivelmente até o dia **28 de abril de 2026 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados na Proposta da Administração e Manual para Assembleia Geral da Companhia. Os Acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia por meio da plataforma digital. O login e senha utilizados pelo Acionista quando de seu cadastro, serão utilizados para acessar a plataforma no dia da Assembleia.

e) Para participação do acionista na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

f) A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/22. Para tanto, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio de envio, até 4 (quatro) dias de antecedência da realização da Assembleia (26 de abril de 2026, inclusive), de Boletim de Voto a Distância: (i) diretamente à Companhia, inclusive por meio de sistema eletrônico *Ten Meetings* – BVD Digital; conforme as orientações constantes na Proposta da Administração e Manual para Assembleia Geral da Companhia; (ii) ao seu respectivo agente de custódia; (iii) instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia; ou (iv) ao depositário central no qual as ações estejam depositadas.

g) Em atendimento ao artigo 5º, I, da Resolução CVM nº 81/22 e de acordo com a Resolução CVM nº 70/22, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da Lei 6.404/1976. Informamos, ainda, que é de 2,0% (dois por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de instalação do Conselho Fiscal.

h) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância) encontram-se na Proposta da Administração e Manual para Assembleia Geral da Companhia divulgado nesta data pela Companhia.

Curitiba, 30 de março de 2026.

Raymundo de Sá Peixoto Junior
Presidente do Conselho de Administração

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral Ordinária é convocada para (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros; (iv) fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2026.

Logo, para a assembleia geral ordinária da Companhia a ser realizada em 2026, a administração da Positivo Tecnologia apresenta as propostas a seguir descritas.

4.1. Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas pela administração da Positivo Tecnologia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, foram publicados em 26 de março de 2026, nos jornais Metrôpole Jornal (PR) e Jornal Diário Comercial (Edição Nacional), além de terem sido disponibilizados, em 19 de março de 2026, no site de relações com investidores da Companhia (www.positivotecnologia.com.br/ri).

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras demonstram a situação econômico-financeira da Positivo Tecnologia e as evoluções da sua situação patrimonial, ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Positivo Tecnologia.

Tais documentos (i) foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme reunião realizada em 19 de março de 2026; e (ii) obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal e recomendação favorável pelo Comitê de Auditoria da Companhia. Em 19 de março de 2026, foi emitido o parecer sem ressalvas dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., a respeito das Demonstrações Financeiras.




Nesse sentido, a administração propõe que os Acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do inciso III do art. 10 da Resolução CVM nº 81/22, a seção 2 do Formulário de Referência consta como **Anexo I** ao presente manual, o qual contém os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia.

4.2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Propomos que o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tenha a destinação abaixo prevista, a qual se encontra detalhada no **Anexo II** deste manual, que contém as informações do Anexo A da Resolução CVM nº 81/22.

O **lucro líquido** da Positivo Tecnologia no exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2025** foi de **R\$ 8.638.438,33** (oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos). Dessa forma, a Companhia propõe a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício:

	R\$ 431.921,92 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos) para a constituição da RESERVA LEGAL ; e
	R\$ 8.206.516,41 (oito milhões, duzentos e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos) para RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS .
	R\$ 2.051.629,10 (dois milhões, cinquenta e um mil, seiscentos e vinte e nove reais e dez centavos) como DIVIDENDOS, INCLUINDO O VALOR DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO ;

Conforme acima, a Administração esclarece que os dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social de 2025 são de R\$ 2.159.934,58 (dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos). Contudo, tal valor foi integralmente declarado e pago, tendo em vista que na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração declarou dividendos no montante de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), contra parte da reserva de lucro existente na demonstração financeira aprovada referente ao exercício encerrado em 31/12/2024, os quais foram imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2025.

4.3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros

De acordo com o art. 14 do Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de até 2 (dois) anos.

Para o mandato que se iniciará com a eleição na AGO, a Administração **propõe que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros**.

4.4. Fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano

De acordo com o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o mandato do Conselho de Administração é unificado e de até 2 (dois) anos.

Neste sentido, a Administração propõe que o mandato do Conselho de Administração a ser eleito na Assembleia seja fixado com **prazo de 1 (um) ano**, ou seja, se iniciando com a eleição na AGO e vigorando até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

4.5. Eleição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por no mínimo 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de até 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente (a ser eleito em reunião do Conselho de Administração imediatamente após a posse do novo Conselho).

Ainda, no mínimo 20% (vinte por cento) dos membros deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definições do Regulamento do Novo Mercado e do Anexo K da Resolução CVM nº 80. A seguir a Administração propõe a eleição dos membros do Conselho de Administração em eleição por chapa, considerando os candidatos a seguir indicados:

Candidato ao Conselho de Administração	Cargo
Alexandre Silveira Dias	Conselheiro Independente
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	Conselheira Independente
Fernando Costa de Freitas	Conselheiro Independente
Raymundo de Sá Peixoto Junior	Conselheiro Independente
Helio Bruck Rotenberg	Conselheiro
Samuel Ferrari Lago	Conselheiro
Giem Raduy Guimarães	Conselheiro
Rodrigo Cesar Formighieri	Conselheiro
Rafael Moia Vargas	Conselheiro

O Conselho de Administração avaliou e confirmou o **enquadramento dos Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas e Raymundo de Sá Peixoto Junior como conselheiros independentes**, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado, do Anexo K da Resolução CVM nº 80, e na declaração de independência apresentada por cada candidato. A caracterização da independência de tais membros deverá ser confirmada pela Assembleia Geral Ordinária.

Ressalta-se a possibilidade de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, desde que requerido por acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações ordinárias, e desde que o façam, por escrito, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à realização da Assembleia, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a RCVM 70. Nessa hipótese, deixará de haver eleição por chapa, passando cada ação ordinária a conferir tantos votos quantos sejam os membros Conselho de Administração (nesse caso 9 membros), facultando-se aos acionistas a cumulação de votos em um ou mais candidatos.

Os acionistas não controladores poderão, ainda, solicitar a eleição em separado de um membro para o Conselho de Administração desde que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, nos termos do artigo 141 e seus parágrafos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas somente poderão participar do processo de votação em separado, se houver, com as ações detidas de forma ininterrupta durante o período de 3 (três) meses, no mínimo,

imediatamente anterior à realização da Assembleia. Além disso, as ações utilizadas em eventual eleição em separado não poderão ser utilizadas na votação majoritária para o Conselho de Administração.

A Positivo Tecnologia esclarece que, nos termos do artigo 11, I, da Resolução CVM nº 81/22, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração, conforme os itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, encontram-se detalhadas no **Anexo IV** ao presente manual.

4.6. Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2026

De acordo com o artigo 12, alínea “ii”, do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2026 seja no montante de até R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), que serão distribuídos individualmente entre os administradores por deliberação do Conselho de Administração.

Para o exercício social de 2025 foi aprovada remuneração global dos administradores no montante de até R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), tendo sido realizado o valor total de R\$ 8.674.617,00 (oito milhões, setecentos e quatro mil, seiscentos e dezessete reais), ou seja, 49% abaixo do valor aprovado. O montante proposto para o exercício social de 2026 é exatamente o mesmo proposto e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025 para o exercício social de 2025.

Em conformidade com o art. 13 da Resolução CVM nº 81/22, a Seção 8 do Formulário de Referência, encontra-se disponível no **Anexo III** ao presente manual.

-*-*-



+ POSITIVO
TECNOLOGIA

A INOVAÇÃO QUE VOCÊ VAI VIVER

ANEXO I

positivotecnologia.com.br

ANEXO I**Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia
(Item 2 do Formulário de Referência)****2.1 Condições financeiras e patrimoniais****(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios, bem como para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazos.

Em 31 de dezembro de 2025, a liquidez corrente, representada pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, registrou 1,7x (2,0x em 2024), patamar estável quando comparado aos anos anteriores de 2023 e 2022 que registraram índice de 1,8x e 1,7x respectivamente, demonstrando crescimento sustentável da Companhia em 2025 e 2024.

A relação entre o endividamento líquido e o EBITDA apresentou múltiplo de 2,1x (1,8x no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), índice estável ao 1,5x observado ao fim do exercício de 2022 e 2023, representando um índice adequado de endividamento, mesmo com crescimento significativo da Companhia no período de 2024 e 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o grau de endividamento total foi de 64,8%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 618,4 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 665,6 milhões, com índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,40x.

Em 31 de dezembro de 2024, o grau de endividamento total foi de 63,1%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 566,9 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 665,3 milhões, com índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,4x.

Em 31 de dezembro de 2023, o grau de endividamento total foi de 65,2%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 591,4 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 824,7 milhões, com índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,5x.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis moderados de alavancagem, considerando a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 1,65 bilhão em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1,58 bilhão em 31 de dezembro de 2025, decorrentes de distribuição de dividendos e ajustes positivos de avaliação patrimonial.

	Em 31 de dezembro		
Dívida Líquida	2025	2024	2023
<i>Em milhões de Reais</i>			
Empréstimos e Financiamentos	(1.273,6)	(1.282,8)	(1.385,7)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	618,4	566,9	591,4
(-) Saldo de instrumentos financeiros	-10,4	50,6	(34,4)
Dívida Líquida	(665,6)	(665,3)	(824,7)

A tabela a seguir, demonstra o padrão de financiamento da Companhia entre capital próprio e de terceiros. Em 31 de dezembro de 2024, 63,1% do ativo total da Companhia estava financiado com capital de terceiros, patamar inferior ao observado no fim de 2023 em 2,01 p.p.

	Em 31 de dezembro		
Padrão de financiamento	2025	2024	2023
<i>Em milhões de Reais</i>			
Empréstimos e Financiamentos	1.273,60	1.282,8	1.385,7
Outras obrigações com terceiros	1.624,00	1.538,0	1.599,7
Total - Capital de Terceiros	2.897,60	2.820,8	2.985,4
% do ativo total	64,8%	63,1%	65,2%
Patrimônio Líquido	1.576,00	1.646,1	1.596,4
Total - Capital Próprio	1.576,00	1.646,1	1.596,4
% do ativo total	35,23%	36,9%	34,8%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o perfil da estrutura de capital da Positivo Tecnologia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Companhia acredita ter condições suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, sendo esta visão embasada pelas informações setoriais e macroeconômicas atualmente disponíveis. Caso a Positivo Tecnologia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e capital de giro, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los atualmente com instituições financeiras de grande, médio e pequeno porte, conforme tem efetuado nos últimos anos.

Entretanto, cumpre salientar que em caso de um agravamento profundo do quadro macroeconômico no país, a Companhia poderá sofrer redução de faturamento relevante e/ou ter seus limites de crédito com bancos e fornecedores reduzidos, o que impactaria o refinanciamento dos empréstimos e prazos de pagamentos. Tais fatores afetariam a condição de liquidez da Companhia.

A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais indicadores de endividamento monitorados pela Companhia:

Em 31 de dezembro

Indicadores de endividamento	2025	2024	2023
<i>em milhões de reais</i>			
Dívida Bruta	(1.273,6)	(1.282,8)	(1.385,7)
Caixa e Aplicações financeiras	618,4	566,9	591,4
Saldo de instrumentos financeiros	-10,4	50,6	(30,4)
Dívida Líquida	(665,6)	(665,3)	(824,7)
EBITDA	313	367	565
Patrimônio Líquido	1.576,00	1.646,1	1.596,4
Índice Dívida Líquida/EBITDA	2,1x	1,8x	1,5x
Índice Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	0,8x	0,8x	0,9x
Índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,4x	0,4x	0,5x

Em 31 de dezembro de 2025, o EBITDA foi de R\$ 313 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 2,1x.

Em 31 de dezembro de 2024, o EBITDA foi de R\$ 367 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 1,8x.

Em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA foi de R\$ 565 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 1,5x.

Abaixo demonstramos a posição em 31 de dezembro de 2025 de fornecedores, arrendamento mercantil e partes relacionadas (consolidado):

	Taxa de juros efetiva média ponderada % do CDI	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Mais de cinco anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2025							
Fornecedores	103,49	272.045	328.572	105.665	-	-	706.282
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	100,90	8.353	32.169	459.880	865.467	127.760	1.493.629
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	5.595	5.021	-	10.616
Partes relacionadas	-	-	-	2.370	17.838	-	20.208
Arrendamento Mercantil	102,47	1.375	2.749	9.338	12.709	-	26.171
Outros passivos (a)	-	-	-	9.227	17.100	-	26.327
		281.773	363.490	592.075	918.135	127.760	2.283.233

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização de recursos próprios, nos últimos três exercícios sociais a Companhia contratou empréstimos de curto e longo prazo para financiar seu capital de giro, além de recursos tomados junto ao BNDES, FINEP e Nota Comercial. Realizou ainda, a 3ª emissão de debêntures em 2022, dívida que liquidou antecipadamente no ano de 2024.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Positivo Tecnologia capta, quando necessário, recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades pontuais de capital de giro de curto prazo, respeitando a sazonalidade do negócio.

Além disso, a Companhia se utiliza desses recursos para a manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para a execução de suas atividades, buscando sempre manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros e de câmbio.

Devido ao perfil de moderada alavancagem da Positivo Tecnologia e seu excelente histórico junto à comunidade financeira, a Companhia tem tido acesso a linhas de crédito junto a bancos de grande, médio e pequeno portes a taxas competitivas, e acredita manter essa capacidade para os próximos períodos, exceto se houver deterioração mais relevante das condições do mercado de crédito.

No que se refere às linhas de financiamento para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia possui contratos de colaboração financeira de longo prazo com o BNDES, FINEP e Nota Comercial para financiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Adicionalmente, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única no valor total de R\$ 350.000 em 2022, realizando no ano de 2024 a liquidação antecipada dessa dívida.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia era composto da seguinte forma nos períodos abaixo indicados:

	Taxa média contratual (a.a.)	Swap % CDI	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
					31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Moeda nacional								
Capital de Giro	CDI+2,23%	-	Até Dez/2025	-	-	47.652	-	47.652
Capital de Giro	CDI+3,50%	-	Até Nov/2025	-	-	-	341	5.947
Nota Comercial	(a) CDI+2,15%	-	Até Mai/2028	-	33.231	50.058	225.305	241.117
FINEP	(b) TR + 3,00%	-	Até Dez/2028	Carta fiança	14.166	24.014	14.166	24.012
FINEP	(b) TJLP + 1,00%	-	Até Dez/2028	Carta fiança	41.614	54.106	41.614	54.106
BNDES	(c) CDI+1,75%	-	Até Set/2031	Carta fiança	86.351	85.580	86.351	85.580
BNDES	(c) TR + 2,29%	-	Até Fev/2033	Carta fiança	289.979	185.660	289.979	185.660
Moeda estrangeira								
Capital de Giro - US\$	(d) 6,18% + VC	112,07%	Até Ago/2029		615.821	638.750	615.821	638.750
					1.081.162	1.085.820	1.273.577	1.282.824
Parcela no circulante					375.630	334.076	454.045	341.080
Parcela no não circulante					705.532	751.744	819.532	941.744

FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021, os vencimentos dos contratos ocorrerão até dezembro de 2028.

CAPITAL DE GIRO

Para suprir a necessidade de capital de giro a Companhia capta recursos de instituições financeiras a taxas de juros praticadas no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia captou recursos, encerrando o período com saldo a pagar no montante de R\$ 616,2 milhões e R\$ 692,3 milhões. Destaque para as captações via 4131, que contribuíram para o alongamento da dívida da Companhia.

DEBÊNTURES

Visando o alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios, a Companhia realizou no ano de 2022 a 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações no valor total de R\$ 350 milhões. Em maio de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado dessa obrigação, visando a redução dos custos financeiros do seu endividamento, utilizando o caixa gerado nas suas operações, não sendo substituído por outro instrumento de captação.

BNDES

Em 08 de fevereiro de 2024 a Companhia aprovou crédito adicional no total de R\$ 330.449 mil, divididos em duas operações: R\$ 258.386 mil no âmbito do programa BNDES Mais Inovação e R\$ 72.063 mil no âmbito do Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Comunicações – BNDES Funttel. Os recursos serão aplicados na inovação de produtos, serviços e soluções, com destaque para a incorporação de recursos avançados de inteligência artificial e segurança cibernética em nossos produtos e plataformas, além da modernização fabril para produção de novos dispositivos 5G. Até 31 de dezembro de 2025 a Companhia captou o montante de R\$ 4283.657 mil referentes a esta linha de crédito.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os contratos firmados junto à FINEP e BNDES serão amortizados até dezembro de 2030.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações da Companhia registradas no passivo exigível será estabelecida conforme a ordem de classificação prevista na legislação aplicável.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem os seguintes covenants, que deverão ser observados semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Relação Dívida Líquida/EBITDA

Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:

- Dívida Líquida: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e
- EBITDA: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

Nota comercial

Em 2024, a Companhia celebrou contratos de nota de comercial, no montante de R\$ 240 milhões, com prazo de até 4 anos, em 31 de dezembro de 2025 o saldo a pagar era de 225,3 milhões. Os referidos contratos possuem cláusula de *covenants* financeiros seguindo a metodologia acima mencionada, ou seja, relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.

Capital de giro

Em 2021 a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R\$ 150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia acima mencionada, ou seja, relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.

O próximo aferimento, de ambos os contratos, em relação ao cumprimento dos *covenants* será para a data base de 30 de junho de 2026. No aferimento realizado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava atendendo o índice limite determinado pela cláusula de *covenants*.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa. cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Exercício findo em 31 de dezembro

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADO	2025		2024		Vas%	Vas p.p
	R\$ mil	% ROL	R\$ mil	% ROL	2025x2024	2025x2024
<i>Em milhares de Reais</i>						
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	3.354.898	100,0%	3.688.326	100,0%	-9,0%	0 p.p
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(2.511.831)	-74,87%	(2.764.289)	-74,95%	-9,1%	0,1 p.p
LUCRO BRUTO	843.067	25,13%	924.037	25,05%	-8,8%	0,1 p.p
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Com Vendas	(401.230)	-11,96%	(436.329)	-11,83%	-8,0%	-0,1 p.p
Gerais e Administrativas	(229.638)	-6,84%	(220.817)	-5,99%	4,0%	-0,9 p.p
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	20.904	0,62%	50.284	1,36%	-58,4%	-0,7 p.p
Resultado da Equivalência Patrimonial	(3.101)	-0,09%	(7.665)	-0,21%	-59,5%	0,1 p.p
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	230.002	6,86%	309.510	8,39%	-25,7%	-1,5 p.p
Receitas Financeiras	132.796	3,96%	114.170	3,10%	16,3%	0,9 p.p
Despesas Financeiras	(320.828)	-9,56%	(272.422)	-7,39%	17,8%	-2,2 p.p
Varição Cambial Líquida	(21.771)	-0,65%	(49.122)	-1,33%	-55,7%	0,7 p.p
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	20.199	0,60%	102.136	2,77%	-80,2%	-2,2 p.p
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.262)	-0,43%	(11.624)	-0,32%	22,7%	-0,1 p.p
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.297	0,19%	(5.474)	-0,15%	-215,0%	0,3 p.p
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.234	0,36%	85.038	2,31%	-85,6%	-1,9 p.p

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 3.354.898 milhões no exercício de 2025, redução de 9% em relação ao ano de 2024. A redução no faturamento deve-se principalmente: (i) à menor demanda dos negócios de Instituições Públicas, (ii) a redução nas vendas do mercado de consumo (varejo) e (iii) ausência de projetos especiais. Essa redução foi compensada parcialmente pela receita com serviços gerenciados de TI, com a aquisição da controlada Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. S.A.), em 31 de maio de 2024 e maior faturamento em servidores.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

O CPV totalizou R\$ 2.511.831 milhões no exercício de 2025, representando 75% da receita líquida assim como em 2024).

Lucro Bruto

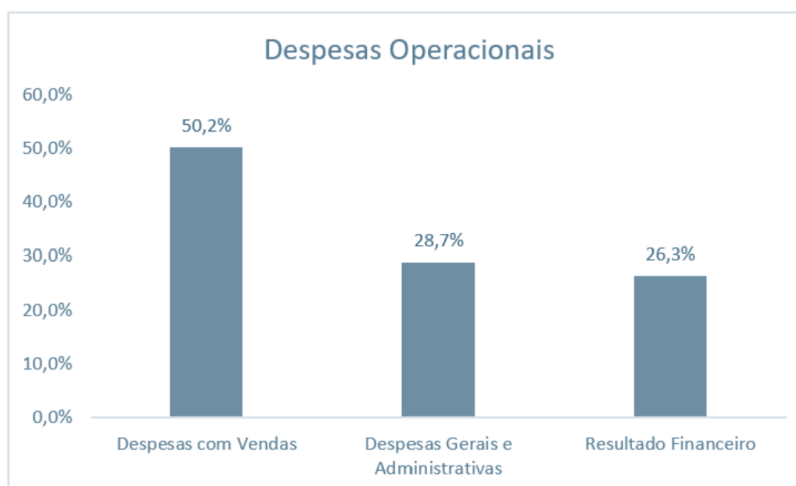
O lucro bruto totalizou R\$ 843 milhões no exercício de 2025, redução de 8,8% em relação ao ano de 2024, representando de 25,13%, da receita líquida do ano, redução de 0,1 p.p. em relação a 2024. A redução na margem bruta está relacionada principalmente ao mix de produtos e impacto da desvalorização cambial no custo de produção.

Despesas (Receitas) Operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro

	2025		2024		Variação	
	R\$ mil	% ROL	R\$ mil	% ROL	Var%	Var p.p
DESPESAS OPERACIONAIS						
Despesas com Vendas	(401.230)	-11,96%	(436.329)	-11,83%	-8,0%	-0,1 p.p
Despesas Gerais e Administrativas	(229.638)	-6,84%	(220.817)	-5,99%	4,0%	-0,9 p.p
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	20.904	0,62%	50.284	1,36%	-58,4%	-0,7 p.p
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	(609.964)	-18,18%	(606.862)	-16,45%	0,5%	-1,7 p.p
Resultado Financeiro	(209.803)	-6,25%	(207.374)	-5,62%	1,2%	-0,6 p.p
Total	(819.767)	-24,43%	(814.236)	-22,08%	0,7%	-2,4 p.p

Em 2025 as despesas com vendas representaram 50,2% das despesas operacionais (50,5% em 2024), excluindo-se o resultado obtido com outras receitas operacionais, sendo o principal componente desse grupo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.



Em 2025 as despesas operacionais antes do resultado financeiro e excluindo o resultado obtido com outras receitas operacionais, representou 18,8% da receita líquida, em 2024 17,8%.

Despesas com Vendas

Exercício findo em 31 de dezembro

Despesas com Vendas	2025		2024		Variação	
	R\$ milhões	% ROL	R\$ milhões	% ROL	Var. %	Var. p.p
Marketing e Pessoal	125,4	3,7%	138,8	3,8%	-9,62%	13,36%
Assistência Técnica e Garantia	113,4	3,4%	129,2	3,5%	-12,25%	15,63%
Comissões	49,5	1,5%	65,8	1,8%	-24,84%	26,31%
Depreciação e Amortização	23,2	0,7%	9,8	0,3%	136,98%	-136,28%
Outros	56,5	1,7%	92,7	2,5%	-39,10%	40,78%
Total	368,0	11,0%	436,3	11,8%	-12,10%	23,07%

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A maior parte da receita da Companhia provém da venda de dispositivos, como computadores de mesa (desktops), computadores portáteis (notebooks e netbooks), servidores, telefones celulares (feature phones e smartphones), máquinas de pagamento e tablets. Outra parte importante da receita provém da prestação de serviços de infraestrutura de TI. Uma parte menor é proveniente do segmento de Tecnologia Educacional, com serviços, hardware e softwares, como portais e mesas educacionais para instituições de ensino das redes pública e particular.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira da Companhia e o resultado de suas operações têm sido influenciados por fatores como o nível do emprego e da renda da população, a confiança do consumidor, a disponibilidade de crédito, o ambiente competitivo da indústria de PCs e celulares e a taxa de câmbio.

Indicadores	2025	2024	2023	Var. % 2025x2024	Var. % 2025x2023
Taxa de desemprego - RMSP ¹	5,00%	6,90%	7,70%	-27,54%	-35,06%
População ocupada - RMS ²	60,75%	60,90%	59,80%	-0,24%	1,59%
Rendimento real efetivo - RMS ²	3.560,00	3.226,00	2.979,00	10,35%	19,50%
Confiança do consumidor ³	90,2	91,3	93,2	-1,20%	-3,22%
Crédito à pessoa física (R\$ bi)	4.422,37	3.962,71	3.522,21	11,60%	25,56%
Taxa de câmbio - fim do período - R\$/US\$ (4)	5,50	6,19	4,84	-11,15%	13,64%
Taxa de câmbio - média - R\$/US\$ (4)	5,57	5,47	5	1,83%	11,40%

¹ Fonte: Seade/Agencia SP. Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Compreende desemprego o culto (trabalho precário e desemprego por desalento) e desemprego aberto. ²

Fonte: IBGE. Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre ³ Fonte: FGV. Base:100 ⁴ Fonte: BCB

O mercado de computadores brasileiro apresentou leve retração de -1,0% em 2025 em relação ao ano anterior. Esse desempenho estável, com leve queda em volume, foi compensado pelo aumento do ticket médio, impulsionado pela maior participação de equipamentos com maior valor agregado, como notebooks premium e dispositivos com capacidade de processamento para aplicações de inteligência artificial. Em 2024, o mercado havia apresentado crescimento de 0,8% após a retração de -10,2% observada entre 2023 e 2022.

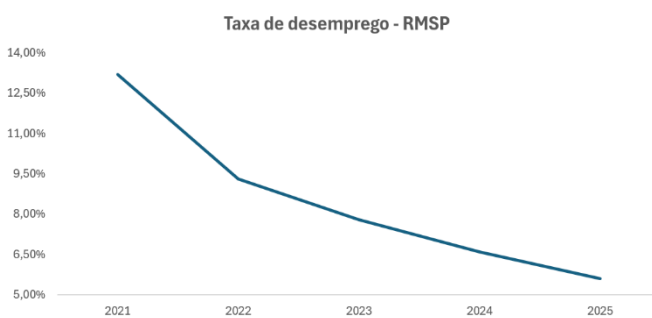
O mercado de celulares em 2025 apresentou crescimento moderado, estimado entre 3% e 4% em relação ao ano anterior, sustentado pela renovação de aparelhos e maior demanda por dispositivos de maior valor agregado. Em 2024, esse mercado já havia apresentado crescimento de 3,1% em relação a 2023, após queda de -6,7% entre 2023 e 2022, além de retração observada em anos anteriores.

Estão destacados, a seguir, os principais fatores que afetaram materialmente as receitas operacionais da Companhia:

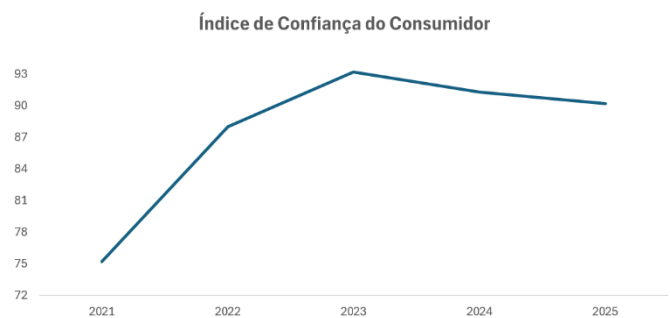
Nível de emprego e de renda da população

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo ao final de 2025 atingiu 5,0%, configurando redução significativa em relação a 2024 (6,9%) e ao nível observado em 2023 (7,7%), refletindo a consolidação da recuperação do mercado de trabalho após os impactos da pandemia iniciada em 2020. O nível de ocupação manteve-se elevado, em 60,75%, praticamente estável em relação ao ano anterior, enquanto o rendimento real efetivo da população apresentou crescimento de 10,35%, alcançando R\$ 3.560,00, indicando aumento da renda disponível e da massa salarial.

Por outro lado, o Índice de Confiança do Consumidor atingiu 90,2 pontos em 2025, apresentando leve retração de -1,2% em relação a 2024, quando o índice estava em 91,3 pontos, refletindo um ambiente ainda cauteloso por parte dos consumidores, apesar da melhora nas condições de emprego e renda.



Fonte: Seade



Fonte: FGV

Disponibilidade de crédito

Em 2023, em um cenário de recuperação do período da pandemia de Covid-19, a oferta de crédito para pessoas físicas era de R\$ 3.522 bilhões. Em 2024, observou-se crescimento de 12,5%, atingindo R\$ 3.963 bilhões, movimento que se manteve em 2025, quando o crédito à pessoa física alcançou R\$ 4.422 bilhões, representando aumento de 11,6% em relação a 2024 e de 25,6% em relação a 2023.

Esse crescimento foi impulsionado pela expansão do crédito às famílias, que apresentou avanço próximo de 10% em 2025, mesmo em um ambiente de política monetária ainda restritiva, refletindo o aumento da renda e da capacidade de consumo da população.

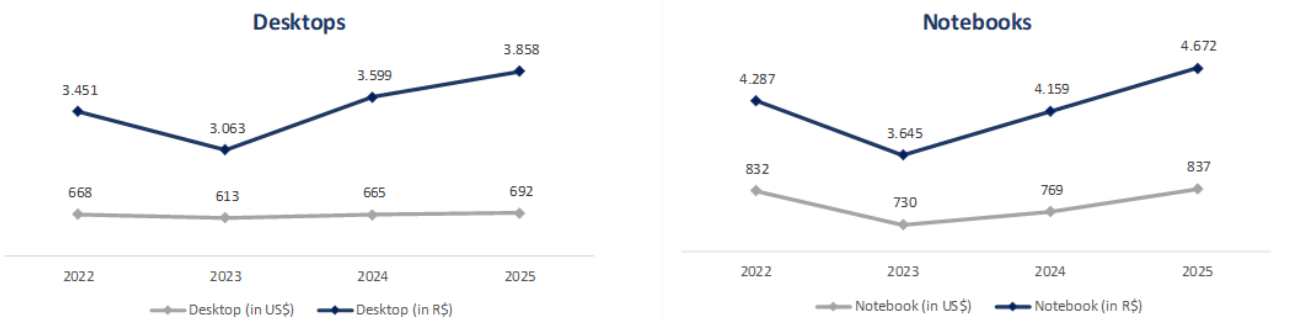
Essa dinâmica favorece especialmente as classes de menor renda, que dependem mais do crédito para sustentar o consumo, sendo as redes varejistas e instituições financeiras relevantes canais de concessão. Ao mesmo tempo, o crescimento do crédito esteve associado à melhora das condições do mercado de trabalho e ao aumento da massa salarial, reforçando o ciclo de consumo das famílias.

Preços

Considerando que cerca de 90% do custo de um computador é atrelado ao Dólar, a taxa de câmbio representa um dos principais indicadores para a precificação no mercado de computadores. Entre 2024 e 2025 o preço médio de desktops no

Brasil teve aumento de 7,2%, devido ao aumento de custos dos insumos. Os notebooks apresentaram aumento de 12,3%, também influenciado pelo aumento no custo dos insumos.

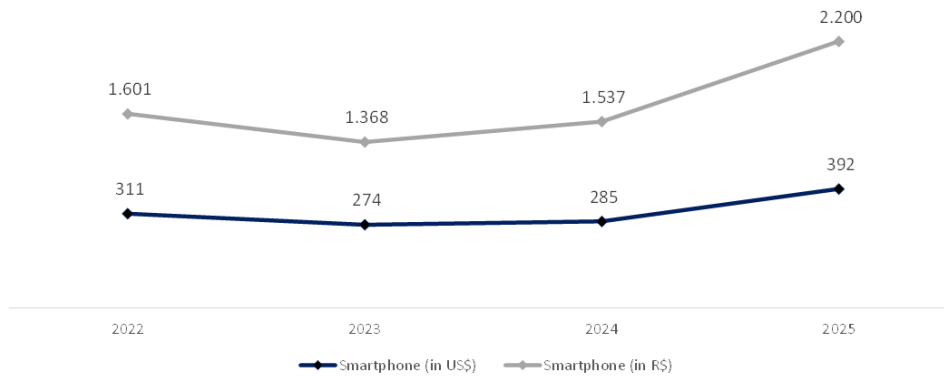
Preço Médio dos PCs no Mercado Brasileiro



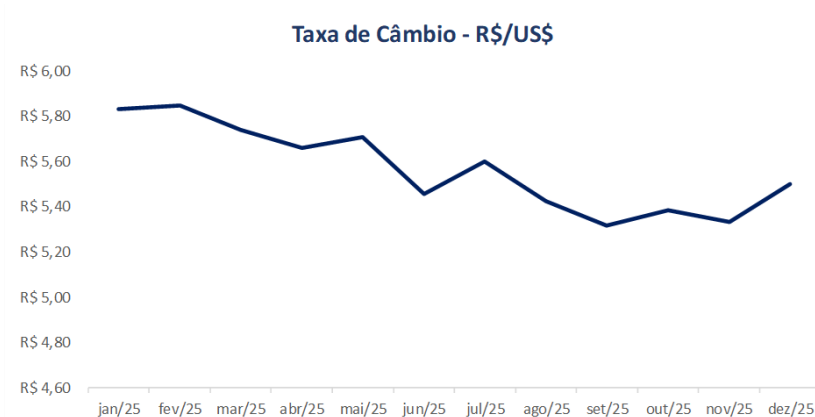
Fonte: IDC

Para os smartphones, houve aumento de 43,1% no preço médio em 2025 ante 2024.

Preço Médio dos Smartphones no Mercado Brasileiro



Em 2025, houve melhora no dólar em relação ao final do ano de 2024, mas mantendo a média próxima aos R\$5,60, um aumento de 1,7% quando comparado a média de 2024, apresentando melhora significativa nos meses finais do ano, atingindo 5,50 ao fim do período.



(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Estão apresentadas a seguir as análises das variações de receitas consolidadas atribuíveis a alterações nos níveis de preços e volumes de venda entre os exercícios sociais de 2025 e 2024. Cumpre destacar que a precificação dos produtos eletrônicos é significativamente influenciada pela taxa de câmbio, uma vez que cerca de 90% do custo é atrelado ao Dólar. Adicionalmente, a Companhia busca refletir em sua precificação a variação de seus custos fixos causada pela inflação.

Análise 2025 x 2024:

Volume de Vendas

No ano de 2025, o volume consolidado de dispositivos vendidos atingiu 1,7 milhões de unidades. A Companhia adota desde o fim de 2018 política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 0,61 milhões de equipamentos, redução de 20% em relação a 2024. As vendas de celulares atingiram 1,1 milhões de aparelhos, aumento de 2%.

Volume de Vendas (unidades)	2025	2024	Var. %
PCs Total	612.540	757.649	-19%
Desktops	90.174	149.034	-39%
Notebooks	522.366	608.615	-14%
PCs por Canal	612.540	844.136	-27%
Corporativo	65.059	98.743	-34%
Instituições Publicas	209.045	411.174	-49%
Consumer	338.436	334.219	1%
Telefones Celulares	490.756	1.083.122	-55%
Smartphones e Feature Phones	490.756	1.083.122	-55%

Preços Médios

Preço Médio ¹	2025	2024	Var. % 2025 x 2024
Computadores Positivo			
Dólar Médio do Período ²	5,58	5,39	
Desktops			
Em R\$	3.695	2.991	24%
Em US\$	662	599	11%
Notebooks			
Em R\$	2.035	2.265	-10%
Em US\$	365	453	-19%
Telefones Celulares			
Em R\$	408	435	-6%
Em US\$	73	87	-16%

¹Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro. ²Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

O preço médio em Reais dos desktops apresentou alta de 24% em relação ao período anterior, devido a mudança no mix de produtos. O preço médio em Reais dos notebooks reduziu 10% no período devido a ticket médio menor em Instituições Públicas. Os telefones celulares registraram redução no preço médio em Reais de 6%, em função da menor proporção de vendas de smartphones.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

Exercício findo em

Custo dos Produtos Vendidos	2025		2024		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	2.341,93	69,81%	2.371,00	64,30%	8,56%	5,51 p.p.
Depreciação e Amortização	24,6	0,73%	22,4	0,60%	22,21%	0,13 p.p.
Outros	145,30	4,33%	165,7	4,50%	-3,76%	(0,17 p.p.)
Total	2.511,83	74,87%	2.764,30	74,90%	-0,04%	(0,03 p.p.)

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 64,3% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de 3,9 p.p. em relação ao ano de 2023. Essa redução reflete, principalmente, o melhor mix de produtos e serviços ofertados, com maior participação de receitas de serviços, especialmente serviços gerenciados de TI executados pela Positivo S+ Soluções em TI S.A. e suas subsidiárias na América Latina.

Em 2025, observa-se uma mudança relevante no perfil de receitas, com crescimento expressivo da venda de serviços em comparação a 2024, enquanto a venda de produtos apresentou redução 21% 2025 vs. 2024. Essa alteração tende a reduzir a dependência proporcional de insumos, dado o menor consumo de matérias-primas em serviços. Entretanto, fatores como o aumento nos custos de componentes, especialmente memórias, e a volatilidade do câmbio ao longo do período exerceram pressão sobre os custos de produção, mitigando parcialmente os ganhos decorrentes do mix mais favorável.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 4,3% da receita líquida em dezembro de 2025, um aumento de 0,2 p.p. em relação a dezembro de 2024.

Resultado Financeiro

Exercício findo em

Resultado Financeiro	2025		2024		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Receitas Financeiras	132,8	3,96%	114,1	3,10%	16,39%	0,3 p.p.
Despesas Financeiras	-320,8	-9,56%	-272,4	-7,40%	17,78%	(2,2 p.p.)
Variação Cambial*	-21,8	-0,65%	-49,1	-1,30%	-55,66%	0,7 p.p.
Total	-209,8	-6,25%	-207,4	-5,60%	1,16%	(0,7 p.p.)

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 209,8 milhões, registrando aumento de 1,16% em relação a 2024, esse efeito se repete no comparativo com a receita líquida, 6,25% em 2025 e 5,6% em 2024.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Análise 2024 x 2023:

Volume de Vendas

No ano de 2024, o volume consolidado de dispositivos vendidos atingiu 1,7 milhões de unidades. A companhia adota desde o fim de 2018 uma política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 0,76 milhões de equipamentos, redução de 11% em relação a 2023. As vendas de celulares atingiram 0,95 milhões de aparelhos, redução de 12%.

Volume de Vendas (unidades)	2024	2023	Var. % 2024x2023
PCs Total	757.649	848.894	-11%
Desktops	149.034	271.188	-45%
Notebooks	608.615	577.706	5%
PCs por Canal	757.649	844.136	-10%
Consumer	355.046	334.219	6%
Licitações	295.077	411.174	-28%
Corporativo	107.526	98.743	9%
Telefones Celulares	952.903	1.083.122	-12%
Smartphones	539.012	609.007	-11%
Feature Phones	413.891	474.115	-13%

Preços Médios

Preço Médio ¹ Computadores Positivo	2024	2023	Var. % 2024x2023
Dólar Médio do Período ²	5,39	5,00	7,9%
Desktops			
Em R\$	2.976,7	2.991,0	0%
Em US\$	552,1	598,7	-8%
Notebooks			
Em R\$	2.230,6	2.265,1	-2%
Em US\$	413,7	453,4	-9%
Telefones Celulares			
Em R\$	462,4	434,9	6%
Em US\$	85,7	87,0	-1%

¹Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro.

²Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

O preço médio em Reais dos desktops apresentou queda de 0,5% em relação ao período anterior, devido a mudança no mix de produtos. O preço médio em Reais dos notebooks reduziu 2% no período.

Os telefones celulares registraram aumento no preço médio em Reais de 6%, em função da maior proporção de vendas de smartphones e entrada de novos produtos de maior valor, como os celulares Infinix.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

Custo dos Produtos Vendidos	Exercício findo em				Variação	
	2024		2023		Var. %	Var. p.p.
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida		
Matéria Prima e Insumos	2.371,0	64,3%	2.675,7	68,1%	-11,4%	(3,9 p.p.)
Depreciação e Amortização	22,4	0,6%	22,7	0,6%	-1,2%	0,0 p.p.
Outros	165,7	4,5%	165,7	4,2%	0,0%	0,3 p.p.
Total	2.764,3	74,9%	2.864,1	72,9%	-3,5%	2,0 p.p.

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 64,3% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, redução de 3,9 p.p. em relação ao ano de 2023. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados, principalmente serviços gerenciados de TI executados pela Positivo S+ Soluções em TI S.A e suas subsidiárias na América Latina.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 4,5% da receita líquida em dezembro de 2024, um aumento de 0,3 p.p. em relação a dezembro de 2023.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	Exercício findo em					
	2023		2023		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Receitas Financeiras	114,1	3,1%	104,3	2,8%	9,4%	0,3 p.p.
Despesas Financeiras	(272,4)	-7,4%	(325,4)	-8,8%	-16,3%	1,4 p.p.
Variação Cambial *	(49,1)	-1,3%	(33,3)	-0,9%	47,5%	(0,4 p.p.)
Total	(207,4)	-5,6%	(254,4)	-6,9%	-18,5%	1,3 p.p.

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2024, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 207,4 milhões, o que representa uma melhora de 1,3 p.p. em relação a 2023.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

Custo dos Produtos Vendidos	Exercício findo em					
	2023		2022		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	2.675,7	68,1%	3.616,0	72,4%	-26,0%	(4,3 p.p.)
Depreciação e Amortização	22,7	0,6%	21,7	0,4%	4,5%	0,2 p.p.
Outros	165,7	4,2%	158,7	3,2%	4,4%	1,0 p.p.
Total	2.864,1	72,9%	3.796,5	76,0%	-24,6%	(3,1 p.p.)

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 68,1% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, redução de 4,3 p.p. em relação ao ano de 2022. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda do mercado corporativo e projetos especiais.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 4,2% da receita líquida em dezembro de 2023, um aumento de 1 p.p. em relação a dezembro de 2022.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	Exercício findo em					
	2023		2022		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Receitas Financeiras	104,3	2,7%	86,4	1,7%	20,7%	1,0 p.p.
Despesas Financeiras	(325,4)	-8,3%	(357,6)	-7,2%	-9,0%	(1,1 p.p.)
Variação Cambial *	(33,3)	-0,8%	(46,8)	-0,9%	-28,9%	0,1 p.p.
Total	(254,4)	-6,5%	(318,1)	-6,4%	-20,0%	(0,1 p.p.)

Para o acumulado de 2023, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 254,4 milhões, o que representa uma piora de 0,1 p.p. em relação a 2022.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Desde 2019 não houve alterações significativas nas práticas contábeis que afetassem as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Desde 2019 não houve alterações significativas nas práticas contábeis que afetassem as demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer de auditoria referente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 não possui ressalvas e ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades da Companhia durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante em suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2018, a Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. (“Accept”), que tem como atividades principais a produção e comercialização de storages, servidores e computadores. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu a totalidade da participação detida pelos acionistas não controladores da ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda, pelo montante de R\$ 18 milhões.

Em 31 de julho de 2023 a Companhia celebrou contrato de aquisição da totalidade das quotas da SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (“Securicenter”), distribuidora de equipamentos e soluções para o segmento de segurança eletrônica no país.

Em 31 de maio de 2024, a Companhia concluiu, através de sua controlada direta, Positivo Smart Tecnologia Ltda., a aquisição da totalidade das ações da Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. Consultoria S.A.), incluindo suas subsidiárias no exterior: Algar Tech S.A. de C.V. “Algar México”, Algar Tecnologia S.A.S. “Algar Colômbia” e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina “Algar Argentina”, todas atuantes nas atividades de serviços gerenciais de tecnologia da informação, incluindo gestão de infraestrutura de T.I., gerenciamento de nuvem e segurança da informação. O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato, é de R\$ 235.000, sendo R\$ 190.000 (R\$ 159.123, líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos) pagos na data da aquisição e preço complementar (earn-out) de R\$ 45.000, a ser liquidado em parcela única, corrigida pela variação do CDI a partir da data de fechamento, até a data do seu pagamento em 31 de maio de 2025. No período em que a Companhia adquiriu o controle, junho a dezembro de 2024, a Positivo S+ apresentou receita líquida de R\$ 257,7 milhões.

Em 18 de agosto de 2025, a Administração do FIP Positivo, realizou a venda de sua participação na empresa Encontre Um Nerd S.A. “Eunerd”, pelo montante de R\$460. Com a venda, a Companhia renuncia a qualquer direito de conversão dos títulos em participação societária.

Em 1º de outubro de 2025, a Companhia constituiu a controlada Educacional Ecosistema de Tecnologia e Inovação Ltda., com capital social de R\$ 300 mil, cujo objeto social contempla a criação e o desenvolvimento de ecossistemas de tecnologia e inovação voltados à educação, incluindo materiais pedagógicos e didáticos. A investida, no exercício social de 2025, encontrava-se em fase pré-operacional, não tendo iniciado suas atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu a totalidade da participação detida pelos acionistas não controladores da ACC Brasil Ind. e Com. De Comp. Ltda. O preço de aquisição totalizou R\$ 18.000 mil, que será liquidado em quatro parcelas

anuais de 2026 a 2030, sujeitas a atualização pela variação positiva acumulada do IPCA, acrescida de juros de 3% ao ano, a partir da segunda parcela.

(c) Eventos ou operações não usuais

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Apresentamos, a seguir, as seguintes medições não contábeis, contemplando sua conciliação com os valores constantes das demonstrações financeiras nos períodos em questão: “EBITDA”, “Margem EBITDA”, “Dívida Líquida” e “Endividamento”.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. O cálculo do EBITDA não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, nem uma prática adotada pelas IFRSs, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA utilizada por outras companhias.

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido	12.324	85.038	250.882
Depreciação e amortização	82.612	57.417	56.230
Imposto de renda e contribuição social	7.965	17.098	3.269
Resultado financeiro	209.803	207.374	254.426
EBITDA	312.704	366.927	564.807
Margem EBITDA	9,32%	9,95%	14,38%

**Ebitda dividido pela receita líquida*

DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida é uma medida não contábil, definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos).

A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade da Companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima). A Dívida Líquida não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	1.273,6	1.282,8	1.385,7
(-) Caixa e equivalentes	10,4	(566,9)	(591,4)
Derivativos Swap	(618,4)	(50,6)	30,4
Dívida líquida	665,6	665,3	824,7

A dívida líquida demonstra a capacidade da Companhia em honrar seu endividamento frente a sua geração de caixa. Como a Companhia trabalha com caixa mais elevado, entendemos ser o melhor índice para avaliação da alavancagem e do acompanhamento da dívida.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento é uma medida não contábil utilizada pela Companhia, que leva em consideração a dívida líquida da Companhia, dividida pelo seu patrimônio líquido. Abaixo apresentamos os índices de endividamento da Companhia:

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
Dívida líquida	665,6	665,3	824,7
Patrimônio líquido consolidado	1.575,9	1.646,1	1.596,4
Índice de endividamento líquido	42,2%	40,4%	51,7%

A Companhia entende que se trata de um indicador importante para avaliação e acompanhamento do seu nível de alavancagem frente a sua geração de caixa, além de auxiliar no monitoramento do endividamento da Companhia, que trabalha com caixa mais elevado. O grau de endividamento não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não houve eventos subsequentes.

2.7 Destinação de resultados

Período	Exercício Social Encerrado em 31.12.202
a. regras sobre retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social.</p> <p>Atendida a distribuição de dividendos do exercício, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.</p>
a.i. Valores das retenções de lucros	R\$ 8.206 mil
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	100%
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução relativa à constituição da reserva legal, destinar-se-ão 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.</p> <p>A Companhia pode deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. Adicionalmente, pode pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, <i>ad referendum</i>, da AGO que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. Tanto os dividendos intercalares quanto os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Anual
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não aplicável
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, estando a regra sobre a destinação de resultados prevista no Capítulo IV do seu Estatuto Social.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos ou passivos relevantes detidos pela Companhia que não estejam demonstrados em seu balanço patrimonial, nos anos 2025, 2024 e 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para usufruir dos benefícios concedidos pela Lei de Informática (Lei 8.248/1991 e suas alterações), a Companhia deve investir anualmente cerca de 4% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação, calculados de acordo com a referida lei. Os investimentos em P&D configuram oportunidade para a Companhia aprimorar seu posicionamento no processo competitivo, uma vez que esta direciona tais recursos para o desenvolvimento de novos produtos, funcionalidades, tecnologias, conteúdos digitais e serviços, contribuindo para sustentabilidade de seu negócio. Tais recursos foram aplicados nos últimos dois exercícios principalmente em projetos internos de transformação digital e eficiência operacional, nas áreas da indústria, de serviços e de sustentabilidade. Assim como, potencializando nossas soluções para o mercado consumidor, corporativo, instituições públicas, soluções de pagamento e tecnologia educacional, incorporando novas funcionalidades e recursos avançados de segurança cibernética e inteligência artificial. Adicionalmente, a Companhia possui Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P.), na qual utiliza parte dos recursos no fomento do ecossistema de desenvolvimento e inovação tecnológica do país e aceleração de Startups, assim como participação em Fundos Multicotistas. Encerrou em 2025 aportando R\$ 4,5 milhões em Fundos Multicotistas, destinados ao programa. Cabe destacar que os projetos de Startups são de cunho estratégico e com resultados ainda marginais no resultado consolidado da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para a realização dos investimentos mencionados, a Companhia pretende utilizar recursos próprios, buscar linhas de crédito junto a instituições financeiras, utilizar os recursos relativos à linha de crédito aberta junto ao BNDES para atividades inovadoras, bem como da Finep.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevantes em andamento ou previstos para os próximos anos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há expectativa de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, que já tenha sido divulgada.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos

Além dos investimentos indicados como atividades de pesquisa e desenvolvimento ao longo deste documento, não há novos produtos ou serviços em desenvolvimentos que já não tenham sido divulgados.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

IGC B3 ITAG B3 IBRA B3 INDX B3 SMLL B3 IGCT B3 IGC-NM B3 IGPTW B3

A Positivo Tecnologia identificou e vem capturando oportunidades concretas de negócio diretamente vinculadas à agenda ESG, estruturadas em três frentes principais:

Energia Renovável nas Operações: Mais de 95% da eletricidade consumida nas unidades fabris da Companhia é proveniente de fontes renováveis certificadas (iREC), adquirida no mercado livre de energia — atingindo 95,86% em 2025. Além de reduzir as emissões de GEE do Escopo 2, essa migração gerou economia operacional de aproximadamente 26,50% em relação aos custos do mercado cativo no ano em questão, comprovando que a descarbonização das operações é, simultaneamente, uma agenda ambiental e de eficiência de custos. A meta da Companhia é atingir 100% de fontes renováveis certificadas em suas operações fabris até 2027.

Hardware as a Service (HaaS) e Refurbished Hardware as a Service (RHaaS): A Positivo foi uma das primeiras fabricantes no Brasil a oferecer o HaaS (Hardware as a Service) — locação de desktops, notebooks, tablets, smartphones e servidores com suporte técnico incluso — e no RHaaS, que estende essa solução a equipamentos recondicionados com garantia. A receita bruta da modalidade HaaS cresceu significativamente nos últimos anos atingindo R\$ 135,5 milhões em 2024 para R\$ 231,7 milhões em 2025, refletindo aceleração expressiva da demanda por modelos de consumo circular de tecnologia. Complementarmente, a Companhia foi pioneira na oferta da solução Zero Carbon nos contratos HaaS e RHaaS, permitindo que clientes compensem as emissões associadas ao uso dos equipamentos por meio de créditos vinculados a projetos de conservação da Amazônia — posicionando a Positivo como parceira estratégica nas jornadas ESG de seus clientes corporativos.

Certificações ESG como Diferencial Competitivo: A Positivo mantém um portfólio robusto de certificações e reconhecimentos ESG que se traduzem em vantagem competitiva concreta, especialmente em processos licitatórios e contratos com grandes empresas. Em 2025, a Companhia conquistou e manteve a certificação EcoVadis Ouro, posicionando-se entre as 5% empresas mais sustentáveis globalmente. Adicionalmente, a Positivo é uma das 38 empresas no mundo a possuir o selo EPEAT para computadores, com 54 produtos registrados, e mantém as certificações ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, além de publicar anualmente seu inventário de GEE verificado por terceiros segundo os padrões do Programa Brasileiro GHG Protocol. Em dezembro de 2025, a Companhia submeteu formalmente seu compromisso à iniciativa Science Based Targets (SBTi), reforçando a credibilidade e a ambição da sua estratégia climática perante investidores e clientes.

Mais informações podem ser consultadas em nosso relatório de sustentabilidade <https://ri.positivotecnologia.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

O Conselho de Administração da Companhia aprovou no dia 30 de dezembro de 2025 a distribuição de dividendos à conta de parte da reserva de lucros existente na última demonstração financeira aprovada, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de R\$ 25.000.000,00 correspondente a R\$ 0,17958384275 por ação ordinária, considerados o número total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações mantidas em tesouraria na data da deliberação.

Referida distribuição foi imputada ao dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2025, nos termos da legislação societária aplicável e do estatuto social da Companhia.

-*-*-



+ POSITIVO
TECNOLOGIA

A INOVAÇÃO QUE VOCÊ VAI VIVER

ANEXO II

positivotecnologia.com.br

ANEXO II**Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício**

(Anexo A da Resolução CVM nº 81/22)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 8.638.438,33 (oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), equivalente a R\$ 0,17958384275 por ação ordinária, declarados e integralmente pagos. Tais dividendos foram declarados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de dezembro de 2025, com base em parcela da reserva de lucros apurada nas demonstrações financeiras do exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2024, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2025, nos termos da Lei nº 6.404/1976 ("Dividendos Extraordinários"). Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 30 de janeiro de 2026, sem incidência de imposto de renda, nos termos da Lei nº 9.249/95 e da Lei nº 15.270/25.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual distribuído do lucro líquido do exercício, ajustado pela reserva de capital, é de 25,0%, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios (25%) relativos ao exercício social de 2025, que são de R\$ 2.051.629,10 (dois milhões, cinquenta e um mil, seiscentos e vinte e nove reais e dez centavos).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia realizou distribuição de dividendos base em lucro de exercícios anteriores no montante de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) e considerando o número total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, o valor dos dividendos por ação foi de R\$ 0,17958384275, considerando as ações em circulação na data base de 6 de janeiro de 2026, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração de 30 de dezembro de 2025.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

O valor dos dividendos relativos ao exercício social de 2025 foi integralmente declarado e pago, conforme itens acima.

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 30 de janeiro de 2026.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento

Fizeram jus aos dividendos os acionistas assim identificados com base na posição acionária existente no fechamento do pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) do dia 6 de janeiro de 2026. As ações passaram a ser negociadas ex-dividendos em 07 de janeiro de 2026.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

(a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

(b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Base - Exercício social encerrado em 31 de dezembro (em R\$)			
Descrição	2023	2024	2025*
Lucro líquido	246.757.602,85	80.377.147,92	8.638.438,33
Lucro líquido por ação	2,167273	0,566835	0,060929

*Considerando data-base acionária de 24/03/2026.

(b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Base - Exercício social encerrado em 31 de dezembro (em R\$)						
	2023		2024		2025*	
	Valor Bruto por Ação	Valor líquido por Ação	Valor Bruto por Ação	Valor líquido por Ação	Valor Bruto por Ação	Valor líquido por Ação
Dividendos	0,418109718	0,418109718	0,273743043	0,273743043	0,179583843	0,179583843
Juros sobre Capital Próprio	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total por Ação Ordinária	0,418109718	0,418109718	0,273743043	0,273743043	0,179583843	0,179583843

*Considerando data-base acionária de 24/03/2026.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Houve destinação de lucros à reserva legal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Do total do lucro líquido apurado, o montante de R\$ 431.921,92 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos) será destinado à reserva legal.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O montante de R\$ 431.921,92 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos) destinado à reserva legal corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais, pois faz parte do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, onde o regulamento determina que as empresas tenham somente ações ordinárias.

(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, pois a companhia não possui ações com direito a dividendos fixos ou mínimos.

(c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

(d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

(e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**(a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O [Estatuto Social](#) da Companhia prevê em seu Capítulo VI – Exercício Social e Lucros:

- 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução da participação estatutária dos administradores até o limite máximo legal, são atribuídos para a constituição da reserva legal, que não deve exceder 20% (vinte por cento) do capital social; e
- Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução (i) de eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda, (ii) da participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e (iii) da destinação referida no item (a) acima, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os Acionistas.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia foi pago integralmente.

(c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não há retenção do dividendo obrigatório.

(a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

(b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

(c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

(c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

(d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

(b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

(b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

(b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**(a) Informar o montante destinado à reserva**

O montante constituído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 na rubrica de reserva de incentivos fiscais foi de R\$ 8.206.516,41 (oito milhões, duzentos e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos).

(b) Explicar a natureza da destinação

A constituição de reserva de incentivos decorre da recomposição oriunda da utilização de subvenção para investimento dos anos anteriores à 2024 – créditos presumidos de ICMS – o que se dá em observância regra estabelecida pelo §3º do artigo 30 da Lei 12.973/2014.

-*-*-



+ POSITIVO
TECNOLOGIA

A INOVAÇÃO QUE VOCÊ VAI VIVER

ANEXO III

positivotecnologia.com.br

ANEXO III**Informações Indicadas no Item 8 do Formulário de Referência**

(Seção 8 do Formulário de Referência)

8.1. Política ou prática de remuneração

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia foi formalmente aprovada pelo seu Conselho de Administração, em 25 de abril de 2022 e encontra-se disponível para consulta no site de RI da Companhia: <https://ri.positivotecnologia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-regimentos/>.

A referida Política aplica-se aos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e de sua Diretoria Estatutária e não estatutária, independentemente da localidade em que se encontram. Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a lei aplicável.

A prática de remuneração da Positivo Tecnologia para seus Administradores tem como principal objetivo atrair e reter profissionais bem qualificados para os cargos estratégicos da Companhia, visando proporcionar à organização elevado nível de desempenho e de alinhamento dos membros destes órgãos aos objetivos da Companhia e de seus acionistas.

Como diretriz geral, a remuneração individual dos Administradores será examinada anualmente pelo Conselho de Administração, observando-se os seguintes critérios:

- valorizar a meritocracia, reconhecendo o esforço e as habilidades diferenciadas das pessoas que geram resultados para a Companhia, sem, contudo, comprometer o equilíbrio interno e o senso de trabalho em equipe;
- oferecer remuneração compatível com as responsabilidades de cada cargo, de modo a reconhecer diferentes níveis de capacidade para gerar impactos nos resultados da Companhia; e
- considerar os custos e os riscos envolvidos.

As propostas de remuneração variável seguem rigorosamente as normas de compliance e ética corporativa, visando garantir a transparência e a equidade em todo o processo de remuneração de nossos colaboradores e líderes. A prática é revisada

¹As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

periodicamente para garantir a conformidade com o mercado e as exigências regulatórias. Nossa política de remuneração variável é atrativa, transparente, ética e segue os mais altos padrões de governança corporativa. Essa abordagem é essencial para a sustentabilidade da Companhia. Para governança, a remuneração variável é apresentada e aprovada ao Comitê de Gente, seguindo para aprovação final do Conselho de Administração.

Descrevemos abaixo as políticas de remuneração aplicadas a esses cargos.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta de pagamentos fixos mensais a título de pró-labore, que é anualmente revisada, para compensar seu tempo e esforços investidos na tomada de decisões estratégicas para a Companhia. Há também uma remuneração específica para participação e eventualmente a coordenação de comitê de assessoramento do Conselho de Administração, tais como os Comitês de Comunicação, Gente, Auditoria, etc.. Ainda, podem participar do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, exclusivamente para membros que não sejam acionistas controladores ou parte relacionada destes.

Diretoria estatutária e não estatutária

A remuneração concedida aos membros da Diretoria da Companhia, estatutária e não estatutária, é constituída por uma remuneração mensal fixa, que é competitiva em relação ao mercado e é revisada anualmente para refletir o desempenho da Companhia e o desempenho individual do executivo. Além disso, são elegíveis para perceber remuneração variável paga anualmente, atrelada ao desempenho individual do diretor e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua (s) área (s) e da Companhia, sendo ajustada anualmente para refletir as condições do mercado e as expectativas dos acionistas. Por fim, são elegíveis para participação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, como forma de alinhar seus interesses com os interesses dos acionistas e incentivar o desempenho a longo prazo.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta de pagamentos fixos mensais a título de pró-labore.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

De forma a determinar a remuneração individual dos Administradores, o Conselho de Administração tem como prática o exame anual desta em conjunto com o Diretor Presidente.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A estruturação da remuneração individual dos Administradores é feita com embasamento em análises internas e pesquisas de mercado, com abrangência regional e nacional.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A frequência é anual.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

A Companhia, em 2023, criou uma vice-presidência para Estratégia, Inovação e ESG. Esta vice-presidência tem a responsabilidade de alinhar nossas práticas ESG ao negócio e oferecer suporte para nossa estratégia corporativa. A partir desta iniciativa a Companhia avançou rapidamente nesta direção e publicou em 2024 sua Estratégia ESG Mundo +POSITIVO, incluindo seu Plano de Compromissos e Metas para 2030 alinhadas aos compromissos de desenvolvimento sustentável da ONU.

Atualmente o único executivo com Metas de desempenho ligadas a temas ESG é o Vice-Presidente de Estratégia, Inovação e ESG mas a companhia ainda não definiu política sobre utilização de indicadores de desempenho ligados a metas ou temas ESG para remuneração variável da diretoria estatutária. Quanto ao Conselho de Administração, a Companhia não adota o modelo remuneração variável.

Quanto à exigência da Medida ASG 3, a Companhia está avaliando o tema e discutindo uma eventual adoção no futuro a partir do Plano de Compromissos e Metas recém-publicado.

Remuneração fixa: salário base (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria estatutária e não estatutária). O objetivo deste tipo de remuneração é reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (Companhia) e externamente (mercado).

Remuneração variável: bônus (Diretoria estatutária e não estatutária). O pagamento de bônus, quando aplicável, ocorre de três formas: (i) depósito em conta de uma porção do valor total individual no ano subsequente ao exercício-base; (ii) depósito de uma porção em conta de previdência privada, a título de contribuição da Companhia (conforme descrito no item Benefícios a seguir e (iii) possível diferimento de uma porção por ciclos de três anos contatos a partir do exercício-base. O objetivo deste tipo de remuneração é premiar o alcance e superação de metas da Companhia, de cada área e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, bem como estimular a retenção e o comprometimento com objetivos de longo prazo por meio dos mecanismos de previdência privada e diferimento.

Benefícios (diretos e indiretos) para membros do Conselho de Administração: adicionalmente ao previsto acima, os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Reembolso de despesas relacionadas à locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro; e (ii) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Benefícios (diretos e indiretos) para Diretoria Estatutária e não estatutária: adicionalmente ao previsto acima, os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis, a depender do cargo ocupado, aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica; (ii) Seguro de Vida; (iii) Estacionamento; (iv) Plano de Previdência Privada Complementar; (v) Locação de Veículo Automotor, quando aplicável; (vi) Reembolsos de despesas incorridas em virtude do cargo ocupado e para atividades diretamente relacionadas à Companhia; e (vii) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Plano de Opções de Compra de Ações (Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária):

Plano de Opções de Compra de Ações - SOP - o SOP é um elemento discricionário, que permite à Companhia oferecer a opção de compra de ações aos Administradores. Os membros da Administração podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Esta forma de compensação, quando utilizada, consiste em um benefício de longo prazo e tem como objetivo reforçar a retenção de profissionais e alinhar interesses com os acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável.

Os SOPs que vierem a ser estabelecidos pela Companhia terão seus regramentos definidos em documentos específicos, cujo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia será aprovado por Assembleia Geral e os Programas de Opção de Compra de Ações serão aprovados pelo Conselho de Administração.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O formato da remuneração descrito procura incentivar os administradores e colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia e seus acionistas.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio da remuneração fixa mensal e pacote de benefícios compatíveis com a função desempenhada e com o mercado.

No médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus anual atrelado ao alcance de metas e ao desempenho da Companhia.

No longo prazo, buscamos apoiar a retenção de alguns profissionais qualificados por meio de plano de previdência privada, no qual a Companhia contribui em igual proporção aos valores efetivados pelos diretores até um limite percentual de cada remuneração fixa individual mensal, bem como direciona parte do bônus anual para este benefício a título de contribuição da Companhia. Estas contribuições originadas do bônus anual (denominada aporte) tornam-se passíveis de movimentação por parte dos diretores abrangidos após o período de um exercício fiscal (12 meses), contados a partir do início do próximo exercício, reforçando a retenção de executivos no longo prazo.

Para alguns diretores, outra porção do bônus anual é anualmente diferida por ciclos de três anos contados a partir do exercício-base. Adicionalmente, a Companhia pode oferecer eventual outorga de opções de compra de nossas ações aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, conforme já apontado nos itens anteriores.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

2023 REALIZADO

Composição da Remuneração (%)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria
Remuner. Fixa	100,00%	52,41%	99,00%	100,00%	0,00%
Remuner. Variável	0,00%	47,23%	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,36%	1,00%	0,00%	0,00%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%

2024 REALIZADO

Composição da Remuneração (%)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria
Remuner. Fixa	100,0%	68,1%	88,8%	0,0%	100,0%
Remuner. Variável	0,0%	31,0%	4,0%	0,0%	0,0%
Benefícios	0,0%	0,9%	7,2%	0,0%	0,0%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	100,0%

2025 REALIZADO

Composição da Remuneração (%)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutaria	Diretoria Não Estatutaria	Conselho Fiscal	Comite Auditoria
Remuner Fixa	100%	48%	0%	100%	100%
Remuner Variavel	0%	52%	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%	0%	0%
Palno de Opção de Compra de ações	0%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	0%	100%	100%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O montante global da remuneração dos administradores da Companhia, incluindo o reajuste, é fixado pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia a cada exercício social.

O reajuste da remuneração fixa da Diretoria não estatutária é realizado anualmente, considerando todo ou parte do índice obtido em negociação sindical.

Eventualmente, reajustes específicos dos montantes de remuneração fixa são realizados com base em pesquisas de mercado conduzidas em conjunto com consultorias externas especializadas, visando avaliar sua competitividade.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

As metas de resultados operacionais e financeiros globais da Companhia são pactuadas junto ao Conselho de Administração, havendo desdobramento das mesmas para metas individuais dos Diretores.

Para remuneração variável de curto prazo (bônus), a Companhia utiliza um sistema denominado PPR Gestão, uma ferramenta de gestão de pessoas, focado na valorização e geração de resultados. Com esta ferramenta, buscamos trazer retornos elevados para os acionistas, além de promover uma experiência de trabalho desafiadora e compensatória para as pessoas, incluindo recompensas psicológicas, sociais e financeiras. O PPR Gestão tem como objetivo alavancar os resultados da companhia de forma constante e sustentável, aumentando a capacidade da Positivo Tecnologia na atração, reconhecimento, valorização e retenção de talentos.

O programa está diretamente atrelado aos resultados da empresa, incentivando não apenas o alcance, mas a superação das metas estabelecidas. As seguintes posições têm direito ao PPR Gestão: Vice Presidentes, diretores, gerentes, coordenadores e especialistas (indicados pelo RH e pelo VP da área).

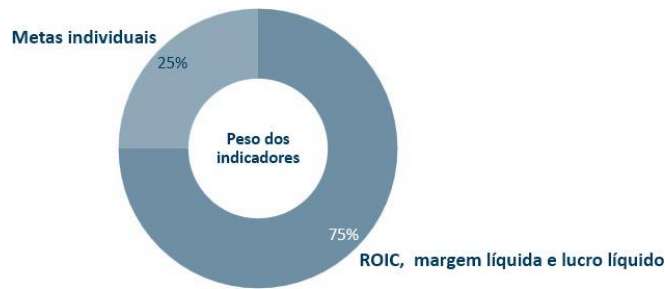
Composição do PPR Gestão

O PPR Gestão é composto por pilares, chamados de macro parcelas, de acordo com a área e posição do profissional. Cada pilar representa um grupo de resultados:

- **Resultados da Empresa (corporativos):** resultado geral da companhia, aplicado a todas às áreas da organização em todos os níveis de carreira que participam do programa.
- **Resultados da Unidade de Negócio:** vinculados diretamente a uma Vice-Presidência de negócio, que agrupa um portfolio ou linhas de negócio.
- **Resultados de Linha de Negócio:** Produtos, serviços e/ou canais de negócios vinculados a uma VP de Negócio
- **Metas Individuais:** destinadas a identificar e correlacionar resultados individuais e/ou da área de atuação aos objetivos estratégicos da empresa, das unidades e linhas de negócios.

Os resultados da empresa, das unidades de negócio e das linhas de negócios representam 75% das metas de todos os gestores, e estão vinculados aos indicadores de ROIC, margem líquida e lucro líquido. Os restantes 25% das metas referem-se a indicadores de performance individuais.

O peso combinado dos indicadores de ROIC, lucro líquido e margem líquida representa 75% das metas para todos os grupos de gestores.



Com respeito à determinação das metas individuais, os seguintes elementos são considerados:

Alinhamento com a Estratégia Organizacional: As metas individuais devem ser diretamente alinhadas com os objetivos estratégicos da empresa.

Definição de Metas Inteligentes: As metas individuais devem seguir o princípio SMART: específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais.

Consultas e Diálogos: Os líderes devem dialogar com suas equipes para entender as capacidades individuais, identificar desafios e estabelecer metas realistas e motivadoras.

Cascadeamento de Objetivos: Os objetivos estratégicos da empresa são divididos em metas departamentais e, posteriormente, em metas individuais.

Avaliação Contínua e Ajustes: Durante o ano, é essencial realizar avaliações regulares do progresso em relação às metas estabelecidas e se necessário, ajustes devem ser feitos para garantir que as metas continuem relevantes e alcançáveis.

Feedback Construtivo e Reconhecimento: Os líderes devem fornecer feedback regular aos colaboradores, reconhecendo o progresso alcançado e oferecendo suporte quando necessário.

Ainda, conforme constante no item 2.10 (d) do Anexo I da Proposta da Administração, em 2022, a Companhia iniciou o processo de planejamento estratégico ASG, sob a liderança de comitê executivo (composto pelo CEO e Vice Presidentes) e supervisão do Conselho de Administração.

De forma a organizar nossos esforços e potencializar nosso impacto positivo, evoluímos em 2023 e 2024 o processo de revisão e alinhamento de nossas iniciativas ASG à estratégia do negócio. O processo consistiu em: (i) diagnóstico da

maturidade atual da Companhia na agenda ASG, (ii) identificação de stakeholders, (iii) definição da matriz de materialidade e, principalmente, (iv) aprovação junto ao conselho de administração dos pilares que nortearão nossas iniciativas de ASG.

Foram aprovados cinco pilares ASG estratégicos da Positivo: 1) Cultura e Pessoas, 2) Governança Sustentável, 3) Educação para Empoderamento e Inclusão Digital, 4) Jornada da Economia Circular, e 5) Eficiência Energética e Redução de Emissões da Empresa e como oferta a clientes.

A constante busca por agir com integridade, reduzir externalidades negativas e promover impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente sempre orientou nossa forma de fazer negócio. Afinal, surgimos com o propósito de impulsionar vidas através da tecnologia e com a missão de oferecer inclusão digital a milhões de pessoas por meio de nossos produtos e serviços.

Para o ano de 2024, avançaremos na próxima etapa de nossa jornada, estabelecendo metas específicas para cada um dos pilares de ASG e desenvolvendo indicadores de desempenho que permitirão uma análise criteriosa de nosso progresso, nos próximos anos. Essas metas e indicadores ASG estão alinhados com nossa matriz de materialidade e estratégia de diversificação da companhia, garantindo suporte para nossos negócios e sendo base de sustentação de uma gestão eficaz, transparente, sustentável e humana da companhia.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estrutura de remuneração dos administradores da Companhia foi desenvolvida com o objetivo de atender às necessidades estratégicas do negócio, de modo a atrair, reter e motivar um quadro de administradores de alto nível incentivando o comprometimento com os resultados de curto, médio e longo prazos da Companhia. Ademais, a composição da remuneração visa assegurar a competitividade do pacote total de remuneração comparado com as condições do mercado, de forma a garantir a retenção e a motivação dos administradores.

A política de remuneração variável da Companhia busca alinhar a atuação de sua Diretoria estatutária e não estatutária e demais colaboradores aos interesses da Companhia e dos seus acionistas. São estabelecidas metas anuais individuais, relacionadas às respectivas áreas de atuação, como vendas, produtividade, indicadores de qualidade, eficiência em processos, cumprimento de prazos, entre outros. Adicionalmente, as metas de resultados financeiros nominais globais da Companhia pactuadas junto ao Conselho de Administração funcionam como multiplicadores das metas individuais obtidas, na proporção dos resultados efetivamente realizados no período.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados pelo emissor.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não houve remuneração de administradores suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano de Opções de Compra de Ações terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação (e quando cabível): (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos programas em vigência; ou (ii) estabeleça-se por escrito a permanência dos planos e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, desde que a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os assumam e realize os ajustes apropriados no número e preço das opções de ações, caso em que os planos continuariam na forma então prevista.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total <u>PREVISTA</u> para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.472.997,27	8.401.454,03	350.217,16	11.224.668,46
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.070.863,15	0,00	5.070.863,15
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	190.584,00	0,00	0,00	190.584,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	2.663.581,27	13.472.317,18	350.217,16	16.486.115,61

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

Remuneração total referente ao Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.035.660,00	6.099.043,00	220.512,00	8.355.215,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	139.402,00	0,00	139.402,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	2.215.660,00	6.238.445,00	220.512,00	8.674.617,00

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

Remuneração total do Exercício Social de 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.119.567,00	6.034.030,00	123.234,00	8.276.831,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.368.493,00	0,00	1.368.493,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	368.594,00	0,00	0,00	368.594,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.872.675,00	0,00	1.872.675,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	2.488.161,00	9.275.198,00	123.234,00	11.886.593,00

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.139.958,00	5.211.742,00	345.231,00	7.696.931,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	720.000,00	0,00	0,00	720.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.696.218,00	0,00	4.696.218,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.859.958,00	9.907.960,00	345.231,00	13.113.149,00

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.870.263,00	0,00	3.870.263,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.623.684,00	0,00	7.623.684,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5.415.789,00	0,00	5.415.789,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
N° de membros remunerados	8,00	5,00	0,00	13,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.975.048,00	0,00	3.975.048,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.372.634,00	0,00	8.372.634,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.115.458,00	0,00	6.115.458,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	4,00	3,00	15,00
N° de membros remunerados	8,00	4,00	0,00	12,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.057.685,00	0,00	3.057.685,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.870.272,00	0,00	5.870.272,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4.696.218,00	0,00	4.696.218,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. data de aprovação e órgão responsável

Em 03 de novembro de 2006, 30 de abril de 2015 e 30 de abril de 2024, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O Plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programas”), onde serão definidos:

(i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Durante o ano de 2024, foi aprovado um novo Programa (SOP 24-1).

c. número máximo de ações abrangidas

Conforme regras do Plano, o número máximo de opções a serem outorgadas não deverá exceder o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, já acrescidas das ações existentes caso todas as opções, concedidas nos termos do Plano, houvessem sido exercidas (opções não exercidas são canceladas e retornam para novas outorgas, respeitado o número máximo de opções a serem outorgadas).

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção outorgada no âmbito do Plano dá ao Beneficiário o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. A quantidade de opções a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item acima. Na data deste Formulário de Referência, esta quantia corresponde a 5.131.616 opções.

e. condições de aquisição de ações

Conforme o disposto no Plano e no item 8.4 (a) e (b) acima, as condições de aquisição das ações objeto das opções outorgadas no âmbito do Plano deverão ser determinadas pelo Conselho de Administração nos Programas a serem criados periodicamente e nos Contratos de Outorga, a serem celebrados com os Beneficiários, tais como os Beneficiários a serem contemplados, o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o preço de aquisição, o prazo inicial de carência e de exercício das opções, dentre outras condições.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de aquisição das decorrentes do exercício da opção deve ser pago à vista no ato da subscrição ou compra das referidas ações e será determinado pelo Conselho de Administração nos Programas a serem criados periodicamente.

Segundo o estabelecido até o Plano 2015, o preço de aquisição deverá ser calculado com base no valor médio das ações de emissão da Companhia dos últimos 30 (trinta) pregões em que foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido, a critério do Conselho de Administração, de correção monetária com base na variação de um índice de preços a ser determinado em cada Programa (“Preço de Exercício”).

De acordo com as regras estabelecidas e aprovadas para o Plano 2024, o preço de aquisição deverá ser calculado com base no valor médio das ações, ponderado pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões em que foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido, a critério do Conselho de Administração, de correção monetária com base na variação de um índice de preços a ser determinado em cada Programa (“Preço de Exercício”).

O Conselho de Administração ou Comitê, a seu critério, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programas, uma redução de até 10% (dez por cento) sob o Preço de Exercício.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Conforme previsto no Plano, o prazo de exercício deverá ser determinado pelo Conselho de Administração na criação dos Programas e na celebração do Contrato de Outorga.

h. forma de liquidação

Conforme previsto no Plano, a forma de liquidação das opções outorgada no âmbito do Plano deverá ser determinada pelo Conselho de Administração na criação dos Programas e na celebração do Contrato de Outorga.

i. restrições à transferência das ações

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano não podem ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dado como garantia em obrigações, sem a prévia anuência escrita da Companhia.

Ainda, conforme descrito no Plano, a Companhia tem direito de preferência na aquisição das ações adquiridas pelo Beneficiário no âmbito do Plano. Sendo inclusive considerada “ações” para efeitos do direito de preferência da Companhia, as ações que venham a ser adquiridas pelo Beneficiário em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano.

Vale destacar também que todos os Beneficiários do Plano deverão ser signatários de um Termo de Compromisso de adesão à Política de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Positivo Tecnologia S.A., aprovada em Reunião do Conselho de Administração, em 20 de novembro de 2006, com alterações aprovadas em Reuniões do Conselho de Administração em 07 de abril de 2009 e em 25 de abril de 2022, no qual declaram ter integral conhecimento das disposições constantes de tal documento, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras.

Essa política prevê o impedimento do exercício de opções, bem como da compra ou venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não divulgada ao mercado. Adicionalmente, tais signatários ficam obrigados a abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os “períodos de bloqueio”, quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu “período de bloqueio” no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados. Adicionalmente, a Diretoria de Relações com Investidores pode determinar outros “períodos de bloqueio” a qualquer tempo, caso entenda necessário, mas sempre informando os Beneficiários do Plano.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir os Programas, estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, prorrogar o prazo final para o exercício das opções vigentes e antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

Se as ações existentes da Companhia forem aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de comprado total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação e quando cabível: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, desde que a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária assuma os devidos ajustes no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

- Destituição, Demissão ou Desligamento Voluntário. No caso de desligamento voluntário, destituição, demissão ou término do contrato de prestação de serviços do Beneficiário, caducará automaticamente, sem indenização, a opção não exercida, tendo ou não decorrido os prazos de carência das respectivas opções que lhes foram outorgadas. Plano 2024 - estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data do Desligamento.

- Aposentadoria. Na hipótese de aposentadoria do Beneficiário, a opção cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido caducará sem indenização. A opção cujo prazo de carência já tenha decorrido poderá, desde que o Beneficiário não passe a exercer qualquer função em outra Companhia, ser exercida no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do evento que originar o término do mandato ou contrato de trabalho, ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 60 (sessenta) dias. Plano 2024 - No caso de aposentadoria do Beneficiário, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação da aposentadoria.

- Falecimento ou Invalidez Permanente do Beneficiário. Se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes da opção estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores. Neste caso, a opção poderá ser exercida por um período de 90 (noventa), dias a contar da data do óbito ou invalidez permanente, independentemente do decurso do prazo de carência. A opção poderá ser exercida no todo ou em parte, com pagamento à vista, partilhando-se entre os herdeiros ou sucessores o direito às ações, na forma de disposição testamentária ou conforme estabelecido no inventário respectivo.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	0,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	-	2,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	-	0,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	9,09	-	9,09
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	-	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	5,70	-	5,70

*Para fins de apresentação das informações constantes deste item, na hipótese de membro da administração que acumule cargos em diferentes órgãos da Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Conselho de Administração e à Diretoria), tal membro será considerado apenas na função em que perceber a maior remuneração, de modo a evitar dupla contagem dos valores informados.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga

Programa 2020 III (ano 2020):

2020 III	Plano 2020 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	26/06/2020
Quantidade de opções outorgadas	320.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	64.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/21; 112.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/22; 144.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/23.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 136.234

Programa 2021 II (ano 2021):

2021 II	Plano 2020 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	17/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	200.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	40.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/22; 70.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/23; 90.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/24.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 1.042.543

Programa 2025 (ano 2025):

2025	Plano 2025 – CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO (PRESIDENTE)
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	28/04/2025
Quantidade de opções outorgadas	120.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	24.000 (lote 1) por um ano a partir de 28/04/2027; 42.000 (lote 2) por um ano a partir de 28/04/2028; 54.000 (lote 3) por um ano a partir de 28/04/2029.
Prazo máximo para exercício das opções	28/04/2030

8.7 Opções em aberto

Plano 2021 – Lote II - Lançado em 17/05/2021			
Em 31 de dezembro de 2024	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	1	1	1
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	N/A	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	40.000	70.000	90.000
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	10,62	10,62	10,62
Valor justo das opções no último dia do exercício social	10,28	10,28	10,28
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	5,18	5,18	5,18

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Programa 2020 III – Exercício 2022

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	2
Opções exercidas	
Número de ações	64.000
Preço médio ponderado de exercício	5,28
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	1,24
Número de ações entregues	
Preço médio ponderado de aquisição	N.A.
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N.A.

Programa 2019 II – Exercício 2023

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	1
Opções exercidas	
Número de ações	54.000
Preço médio ponderado de exercício	2,69
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	1,24
Número de ações entregues	
Preço médio ponderado de aquisição	N.A.
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N.A.

Programa 2020 III – Exercício 2024

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6
Nº de membros remunerados	2
Opções exercidas	
Número de ações	182.000
Preço médio ponderado de exercício	5,83
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	4,62
Número de ações entregues	
Preço médio ponderado de aquisição	N.A.
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N.A.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Até a presente data, a Companhia não possuía ou possui programa de remuneração baseado em ações entregues diretamente aos beneficiários, razão pela qual não há informação a ser reportada.

8.10 Outorga de ações

Até a presente data, a Companhia não possuía ou possui programa de remuneração baseado em ações entregues diretamente aos beneficiários, razão pela qual não há informação a ser reportada.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membro	8,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00
Nº de ações	120.000	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	-	-	-

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membro	8,00	5,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
Nº de ações	0	400.000	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	6,51	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	-	-	-

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membro	8,00	4,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

a. Modelo de precificação

O valor de mercado das opções outorgadas é estimado utilizando o modelo Black-Scholes de precificação de opções. As premissas utilizadas na contabilização dos Programas devem ser: (i) volatilidade calculada com base nas observações históricas do preço do ativo no prazo de dois anos anteriores à data de outorga; (ii) sem expectativa de distribuição de dividendos sobre as ações; (iii) taxa de juros livre de risco de mercado para o prazo da opção no momento da outorga; e (iv) prazo de vida correspondente a cada uma das opções, conforme as condições determinadas nos Programas a serem criados.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Vide item 8.12(a).

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Vide item 8.12(a).

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Vide item 8.12(a).

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características incorporadas na mensuração do valor justo das opções de compra de ações.

8.13 Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão²:

Apresentamos, a seguir, as participações direta e indiretamente detidas por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal na Companhia e em suas controladas indicadas em suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Positivo Tecnologia S.A.	Ações Detidas Diretamente	
	Quantidade	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administração	37.794.650	26,65%
Membros da Diretoria	0	0,0%
Membros do Conselho Fiscal	0	0,0%
Total	37.794.650	26,65%

Todas as demais empresas do grupo da Positivo Tecnologia não possuem participação de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

² Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	8,00	5,00
Nome do Plano	N/A	BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA - Plano de Previdência Corporate PGBL (Instituidora Positivo Tecnologia S/A)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	1) Ter idade mínima de 50 anos; 2) Ter, no mínimo, 5 anos de tempo de contribuição ao plano; 3) Ter se desligado da Instituidora.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 298.597,76
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 17.351,14
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições mensais feitas pela instituidora, à exceção dos aportes anuais feitos por liberalidade da empresa. O Resgate das contribuições mensais feitas pela Instituidora somente pode ser realizado com a perda do vínculo empregatício, e na seguinte proporção: Até 24 meses na Instituidora - 0% De 25 a 48 meses na Instituidora - 30% De 49 a 72 meses na Instituidora - 50% De 73 a 96 meses na Instituidora - 80% Acima de 97 meses na Instituidora - 100%

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

Valores anuais:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal*		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5,00	5,00	4,00	8,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	4,00	8,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração	1.502.816,00	2.226.781,00	3.871.195,00	0406.872,00	617.308,00	612.151,00	73.504,00	41.078,00	118.077,00
Valor da menor remuneração	1.021.237,00	1.266.536,00	1.606.274,00	0225.600,00	147.438,00	223.387,00	73.504,00	41.078,00	118.077,00
Valor médio da remuneração	1.247.689,00	1.855.040,00	2.476.990,00	0276.958,00	311.020,00	357.495,00	73.504,00	41.078,00	118.077,00

*A remuneração do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2025 corresponde ao período de 8 (oito) meses, considerando sua instalação e eleição em 30 de abril de 2025. Adicionalmente, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal observa o disposto no §3º do art. 162 da Lei nº 6.404/1976, sendo fixada em montante não inferior a 10% da remuneração fixa média mensal atribuída aos diretores da Companhia, não englobando componentes variáveis, benefícios ou verbas de representação.

Observações e esclarecimentos:

Especificamente para o ano de 2024, para a remuneração média da Diretoria Estatutária, os valores acima apresentados consideram INSS e demais encargos incorridos pela Companhia. Ressalta-se que tais encargos foram devidamente pagos pela Companhia, conforme destacado nas tabelas do item 13.2. Exclui a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal que atuaram por menos de 12 meses no exercício de 2024, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2018. Calculado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2016. Cálculo proporcional ao tempo de exercício do cargo referente a maior remuneração.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto³:

Órgão/Ano	2026 (Previsão)	2025	2024	2023
Conselho de Administração	16,16%	25,54%	20,93%	27,77%
Diretoria Estatutária	81,72%	71,92%	78,03	67,63%
Conselho Fiscal	2,12%	2,54%	1,04%	4,60%

8.18 Remuneração - Outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

A Companhia não registrou, nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos em seu resultado como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados. Da mesma forma, não há previsão para o exercício social corrente.

³ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não foram registrados, nos últimos 3 exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado de controladores, em sociedades sob controle comum e em controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Positivo Tecnologia, conforme informações fornecidas pelos administradores da Companhia. Da mesma forma, não há previsão para o exercício social corrente.

8.20 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes, uma vez que a Companhia acredita que todos os itens relevantes foram devidamente citados nos itens anteriores desta seção.



+ POSITIVO
TECNOLOGIA

A INOVAÇÃO QUE VOCÊ VAI VIVER

ANEXO IV

positivotecnologia.com.br

Anexo IV

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

(na forma dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Resolução CVM n.º 80/22)

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. se foi eleito pelo controlador ou não**
- j. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
- k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos**

A Companhia vem, por meio deste documento, fornecer aos seus acionistas as informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme aplicável, relativamente aos candidatos ao Conselho de Administração da Companhia. A Companhia esclarece que até a data de divulgação de sua Proposta da Administração, não recebeu pedido formal de instalação de Conselho Fiscal.

Propõe-se que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros efetivos, tendo os membros do Conselho de Administração o mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme segue:

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF ou passaporte	e) Cargo	f) Data Primeiro Mandato	g) Data de eleição	h) Data da posse	i) Prazo de mandato	j) Eleito pelo controlador	k) É membro independente?
Alexandre Silveira Dias	18/09/1971	Engenheiro	158.558.418-55	Membro do Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Sim
Hélio Bruck Rotenberg	20/07/1961	Engenheiro	428.804.249-68	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	30/04/2002	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Não
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	17/01/1963	Administradora	125.978.208-01	Membro do Conselho de Administração	30/04/2021	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Sim
Samuel Ferrari Lago	31/10/1966	Administrador	599.964.209-49	Membro do Conselho de Administração	30/04/2008	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Não
Giem Raduy Guimarães	12/12/1969	Empresário	755.250.039-53	Membro do Conselho de Administração	30/04/2016	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Não
Rodrigo Cesar Formighieri	14/09/1981	Administrador	033.949.989-39	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Não
Rafael Moia Vargas	20/07/1989	Engenheiro	005.164.139-96	Membro do Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Não
Raymundo de Sá Peixoto Junior	24/05/1964	Engenheiro	049.118.538-32	Presidente do Conselho de Administração	30/05/2025	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Sim
Fernando Costa de Freitas	05/02/2010	Engenheiro	129.345.398-65	Membro do Conselho de Administração	30/04/2024	30/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	Sim
Fabio Trierweiler Faigle	26/07/1981	Administrador	032.949.319-13	Diretor Vice-Presidente de Finanças e RI	01/01/2025	29/04/2025	25/04/2027	2 anos	Sim	Não
Marielva Andrade Silva Dias	Engenheira	18/02/1962	450.779.329-72	Diretora Vice-Presidente Instituições Públicas	30/04/2015	29/04/2025	25/04/2027	2 anos	Sim	Não
Rodrigo Guercio Teixeira	Administrador	24/08/1974	910.519.406-72	Diretor Vice-Presidente Corporativo	04/05/2021	29/04/2025	25/04/2027	2 anos	Sim	Não
Norberto Maraschin Filho	Engenheiro	01/09/1977	018.499.099-89	Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade	01/04/2024	29/04/2025	25/04/2027	2 anos	Sim	Não

I. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. condenação criminal

ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas

iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome	Experiência
Alexandre Silveira Dias	O Sr. Alexandre Silveira Dias, engenheiro civil graduado pela Universidade Estadual de Campinas e com MBA pela UCLA, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) Sócio e membro do Comitê de Investimentos da Victoria Capital Partners, sociedade de investimentos independente especializada em investimentos de private equity na América do Sul; (ii) Presidente do Conselho de Administração da Elemídia S.A., veículo de comunicação estratégico do segmento de mídia exterior do portfólio da Victoria Capital Partners; (iii) membro independente do Conselho de Administração da Qualicorp S.A. (organização do terceiro setor), grupo empresarial com foco na comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde; (iv) Presidente do Conselho de Administração da Damásio Educacional, grupo de ensino que oferece cursos de graduação, pós graduação e preparatórios para exames; e (v) Diretor Presidente na Anhanguera Educacional S.A. (organização do terceiro setor), grupo de ensino que oferece cursos de graduação, pós-graduação, técnicos e de extensão em diversas áreas. Adicionalmente, trabalhou como consultor na McKinsey & Company, empresa de consultoria empresarial americana e Google no Brasil. O critério de determinação da independência dos membros do Conselho de Administração é o do Regulamento do Novo Mercado. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Hélio Bruck Rotenberg	O Sr. Helio Bruck Rotenberg, formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná e mestre em ciência da computação pela PUC-RJ, além de ocupar os cargos de membro do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia, foi um dos fundadores da Companhia e atuou como Diretor Presidente de todo o Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda. e Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Positivo Educacional Ltda. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	A Sra. Adriana Muratore é administradora formada pela EASP-Fundação Getúlio Vargas, com MBA pela FIA/USP e Vanderbilt University, AMP por INSEAD. Atuou nas seguintes organizações nos últimos anos: sócia da Actavox Consultoria, Vice-Presidente Senior das áreas comercial, marketing e reabastecimento do Walmart Brasil, CMO do Carrefour Brasil, CMO da Parmalat Brasil, Diretora da Hypermarcas, Diretora Unilever Brasil em diversas áreas como marketing Brasil e global, comercial, sustentabilidade, entre outros. O critério de determinação da independência dos membros do Conselho de Administração é o do Regulamento do Novo Mercado. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Samuel Ferrari Lago	O Sr. Samuel Ferrari Lago, formado em administração de empresas pela Faculdade Positivo, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração, atuou como Diretor nas seguintes sociedades que

Nome	Experiência
Giem Raduy Guimarães	<p>atuam na gestão e participação societária em outras empresas: (i) LP Investimentos S.A.; e (ii) SSTP Investimentos Ltda. Atuou também na gerência administrativa, financeira e de compras no grupo Positivo. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p> <p>O Sr. Giem Raduy Guimarães, formado em administração de empresas, pós graduado em marketing pela Universidade de Berkeley, mestre em administração pela Universidade Positivo, em International Business Law pela Universidade de Viena e doutorando em administração pela Universidade de Economia e Negócios de Viena, além de possuir além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) membro do Conselho de Administração de empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda. e Gráfica e Positivo Educacional Ltda.; e (ii) Presidente da Editora Posigraf S.A., empresa do Grupo Positivo que atua no mercado de impressão, acabamento e distribuição de impressos editoriais e promocionais. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
Rodrigo Cesar Formighieri	<p>O Sr. Rodrigo Cesar Formighieri, formado em administração de empresas pela Universidade Positivo e mestre em administração de empresas pela Babson College, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, desempenhou funções de: (i) sócio na Oblivion Vapery, start-up focada no desenvolvimento de soluções sustentáveis para vaporizadores e cigarros eletrônicos; (ii) Sócio na Boqueria Restaurantes, rede de restaurantes localizada no Centro de Curitiba; (iii) Sócio na Unique Investimentos, sociedade que atua em gestão e participação societária em outras empresas; e (iv) funções ligadas a planejamento financeiro em empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Positivo Educacional Ltda. e a Editora Posigraf S.A. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
Rafael Moia Vargas	<p>O Sr. Rafael Moia Vargas, formado em engenharia da computação pela Universidade Positivo e com certificação acadêmica na Stanford University, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, desempenhou funções de: (i) membro do Conselho da Administração de empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Positivo Educacional Ltda. e a Editora Posigraf S.A.; e (ii) Sócio na Libero Administração de Bens, empresa que atua na gestão e participação societária em outras empresas. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
Raymundo de Sá Peixoto Junior	<p>Raymundo Peixoto é engenheiro mecânico aeronáutico formado pelo ITA, com formação executiva pela Harvard Business School (AMP) e Fundação Dom Cabral (FDC). Possui mais de 20 anos de experiência em tecnologia da informação, com forte atuação em liderança, estratégia de negócios e governança corporativa. É sócio-fundador da Brayn, atuando como advisor em conselhos de empresas de datacenter, e ocupou cargos de liderança na Dell Technologies (VP Sênior LATAM e Presidente no Brasil), onde liderou fusões, expansão de mercado e estratégia de produtos. Também atuou como executivo sênior na IBM e Oracle, com foco em crescimento e governança. É qualificado segundo os critérios de independência do Novo Mercado. O Sr. Raymundo de Sá Peixoto Junior é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é Acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de Acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas a Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de Acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de Acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de Acionista controlador da Companhia nos últimos três anos. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
Fernando Costa de Freitas	<p>Fernando Freitas é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e mestre pela Universidade de Michigan em Engenharia Industrial e Administração de Empresas. Iniciou sua carreira na Itautec atuando na área industrial. Após concluir sua pós-graduação, ingressou na McKinsey & Company, atuando como consultor e posteriormente como sócio, liderando projetos em</p>

Nome	Experiência
	diversos setores, no Brasil e no exterior, por mais de uma década. Posteriormente, ocupou cargos executivos na Telefônica Brasil e na AGN Participações, além de exercer a função de executivo-chefe na B&A Mineração. É sócio fundador da Pactor Finanças Corporativas e Consultoria, onde realiza projetos de consultoria estratégica, governança, gestão e desenvolvimento de negócios, e em processos de fusões e aquisições em variados segmentos do mercado. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Fabio Trierweiler Faigle	Fabio Faigle ingressou na Positivo Tecnologia em 2017, tendo atuado como Diretor de Controladoria e concomitantemente como Diretor Financeiro na Positivo Servers & Solutions. Formado em administração de empresas pela FAE Business School, com MBA em finanças pelo IBMEC, possui mais de 23 anos de experiência em empresas nacionais e multinacionais, nas áreas de controladoria, contabilidade, auditoria interna e externa, FP&A e tesouraria. Atuou por 11 anos como auditor independente na Deloitte Auditores Independentes. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Marielva Andrade Dias	Marielva Andrade Dias é formada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná em 1983. Em 2003, concluiu MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em 2013, concluiu MBA em Finanças pelo IBMEC/UP. Antes de ingressar na Companhia, atuou como Engenheira Civil, responsável por diversas obras no Paraná, tendo fundado a empresa Andrade Dias Construção Civil Ltda., onde atuou como sócia-gerente e engenheira responsável. Atua na Positivo Tecnologia desde 1992. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Rodrigo Guercio Teixeira	Rodrigo Guercio Teixeira conta com mais de 22 de anos na indústria de tecnologia, trabalhando para empresas como Bull, Jabil, Dell, AMD, HP, HPE e Lenovo, antes de se juntar à Positivo. Com uma vasta experiência no mercado brasileiro, é reconhecidamente um líder centrado no cliente e que procura sempre trazer um crescimento mais rápido que o mercado aonde atua. Ao longo de sua carreira teve oportunidade de contribuir em distintas áreas de negócio, como “supply chain”, compras, logística, planejamento de produção, gestão e segmentação de produtos além de uma extensa atuação em vendas, pré-vendas e canais nas áreas de Hardware, Software e Serviços, onde com muita frequência liderou times e processos de vendas diretas e indiretas em distintas indústrias e segmentos. Rodrigo também teve a oportunidade de participar de vários processos de fusões, aquisições e “spin off’s” de operações e segmentos que lhe renderam muita experiência e adaptabilidade. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Norberto Maraschin Filho	Norberto Maraschin Filho é formado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e desde sempre seguiu o caminho da tecnologia. Trabalhou por oito anos em consultorias estratégicas e atuou em mercados no Brasil, Colômbia, Equador e Índia. Sua experiência é ampla dentro do mundo da tecnologia, englobando definição e implementação de estratégias em diversas áreas como vendas e distribuição, marketing, financeiro, processos, sistemas e infraestrutura técnica. Passou a fazer parte da equipe da Positivo Informática em 2009, quando assumiu a gerência de Estratégia e Novos Negócios, liderando projetos de novos canais de distribuição, fusões e aquisições e de parcerias estratégicas com empresas de telecomunicações. Em 2010, coordenou as negociações que resultaram na entrada da companhia nos mercados da Argentina e Uruguai para vendas de dispositivos, e que levaram à criação da joint venture entre a Positivo Informática, como se chamava na época, e a BGH. Foi CEO da empresa resultante desse processo, a Positivo BGH. Em 2014, assumiu como vice-presidente de Mobilidade e Consumo. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

A Companhia apresenta a seguir a composição de seus atuais Comitês:

Órgão	Comitê de Auditoria	Comitê Financeiro	Comitê de Estratégia e Novos Negócios
Membros	Alexandre Silveira Dias Eduardo Mormino (ext) Gustavo Kehl Jobim (ext) João Ramos de Almeida (ext)	Alexandre Silveira Dias Rafael Moia Vargas Rodrigo Cesar Formighieri	Alexandre Silveira Dias Fernando Costa de Freitas Giem Raduy Guimarães Helio Bruck Rotenberg Rogerio Rizzi de Oliveira
Total de Membros	4	3	5

Órgão	Comitê de Gente	Comitê de Marketing e Comunicação	Comitê de Integridade
Membros	Adriana Netto F. Muratore de Lima Fernando Costa de Freitas Giem Raduy Guimarães Guilherme Alberto W. Soares Cavalieri Helio Bruck Rotenberg	Adriana Netto F. Muratore de Lima Giem Raduy Guimarães Helio Bruck Rotenberg	Anderson Henrique Prehs Daniela Colin Edson Alvim Toffoli Marielva Andrade Dias
Total de Membros	5	3	4

(ext) – membro externo

Para os membros dos Comitês que também são integrantes da Administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária), suas respectivas informações detalhadas podem ser consultadas diretamente no item 7.3 acima. Para os demais membros, a Companhia apresenta as suas informações conforme item 7.3 a seguir:

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF ou passaporte	e) Cargo	f) Data Primeiro Mandato	g) Data de eleição	h) Data da posse	i) Prazo de mandato	j) Eleito pelo controlador	k) É membro independente?
Eduardo Mormino	24/05/1969	Administrador	043.005.288-02	Comitê de Auditoria	26/04/2023	02/05/2025	02/05/2025	30/04/2026	N.A.	Sim
João Ramos de Almeida	27/02/1960	Empresário	112.869.858-70	Comitê de Auditoria	26/04/2023	02/05/2025	02/05/2025	30/04/2026	N.A.	Sim
Gustavo Kehl Jobim	23/04/1974	Engenheiro	875.483.489-91	Comitê de Auditoria	06/04/2024	02/05/2025	02/05/2025	30/04/2026	N.A.	Sim
Daniela Colin	02/05/1970	Administradora	760.693.469-04	Comitê de Integridade	22/01/2025	02/05/2025	02/05/2025	30/04/2026	N.A.	Não
Guilherme Alberto Woods Soares Cavalieri	17/06/1961	Administrador	064.006.018-80	Comitê de Gente	13/02/2025	02/05/2025	02/05/2025	30/04/2026	N.A.	Sim
Rogério Rizzi de Oliveira	09/07/1971	Engenheiro	130.189.018-94	Comitê de Estratégia e Novos Negócios	02/05/2025	02/05/2025	02/05/2025	30/04/2026	N.A.	Sim
Anderson Henrique Prehs	25/10/1978	Advogado	004.211.939-13	Comitê de Integridade	01/01/2026	01/01/2026	01/01/2026	25/04/2027	N.A.	Não
Edson Alvim Toffoli	03/08/1975	Engenheiro	023.040.229-10	Comitê de Integridade	01/01/2026	01/01/2026	01/01/2026	25/04/2027	N.A.	Não

Nome	Experiência
Eduardo Mormino Comitê de Auditoria	O Sr. Eduardo Mormino é formado em administração de empresas, pós-graduado em Tecnologia da Informação pela FATEC/FCP - São Paulo, com MBA em Economia do Setor Financeiro pela USP - São Paulo. Atualmente é membro coordenador do Comitê de Auditoria do Banco Daycoval e membro do IIA - Instituto Interno dos Auditores, além de ocupar o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Positivo, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) Head de auditoria interna do FGC – Fundo Garantidor de Créditos, (ii) Gerente da Auditoria de Tecnologia, Crédito e de Seguros do Itaú Unibanco e (iii) Representante dos Bancos ABN AMRO Real e Itaú Unibanco na subcomissão de auditoria interna e compliance da FREBABAN. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
João Ramos de Almeida Comitê de Auditoria	O Sr. João Ramos de Almeida é Engenheiro de Produção, Tecnólogo em Gestão Empresarial e MBA em Gestão de Negócios pela USP ESALQ. Atualmente é Presidente do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e é o representante legal da operação local de uma empresa norte-americana de Segurança da Informação (GM Sectec LLC), além de ocupar o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Positivo, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) No Citibank, foi responsável pelo gerenciamento da Auditoria Interna do Consumer Bank na região da América Latina. Como parte desta função, João gerenciou auditorias relacionadas com todos os negócios deste segmento, tais como Auto loan, Credit Cards, Commercial, Consumer Finance, Mortgage e Retail. Auditorias de filiais também estavam no escopo desta área, incluindo a rede de filiais do Banamex (México), a maior rede de filiais do Citi no mundo. (ii) Participou de auditorias nos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Peru, Panamá, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Portugal, Reino Unido e Japão. (iii) Antes da Auditoria Interna, trabalhou em Tecnologia e Varejo/Operações. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Gustavo Kehl Jobim Comitê de Auditoria	O Sr. Gustavo Jobim é administrador de empresas pela Universidade de São Paulo e MBA pela Wharton School – University of Pennsylvania. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração do FGC – Fundo Garantidor de Créditos, onde também atua como membro do Comitê de Pessoas e coordenador do Comitê de Crédito/Risco. Também é Presidente do Conselho da GreenPass Tecnologia em Pagamentos,

Nome	Experiência
	<p>membro do Executive Internacional Board da Wharton School (Pensilvânia/USA); e membro independente do Conselho e membro coordenador do Comitê de Auditoria da Yuny Incorporadora Holdings S.A. Anteriormente foi membro do Conselho de Gestão e Conselho Fiscal da Suzano Papel e Celulose; Conselho de Administração da Suzano Holding, MDS Brokerslink Insurance Brasil/Portugal e Alden Desenvolvimento Imobiliário; Conselho de Gestão da HiperStream Technology Brasil/Suíça; e presidente do Conselho de Investimento e de Risco da Bizma Investimentos. O Sr. Jobim possui ampla experiência em M&A e investimentos, tendo atuado na Goldman Sachs em NY/USA e também como fundador da GPS Investimentos no Brasil, vendida para o Banco Julius Baer. Tem nos últimos anos se dedicado a empresas de tecnologia/meios de pagamento e a Conselhos de Administração de empresas em diversos setores. O critério de determinação da independência dos membros do Conselho de Administração é o do Regulamento do Novo Mercado. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
<p>Daniela Colin <i>Comitê de Integridade</i></p>	<p>Daniela Colin é graduada em administração de empresa pela Universidade da região de Joinville. Daniela é Executivo sênior de Procurement e Product Development com experiência em negociações internacionais e cadeia de suprimentos. Profissional com sólida experiência no setor de tecnologia, atuando em empresas de grande porte e destacando-se por sua capacidade de liderança e inovação, possuindo mais de 10 anos de Positivo Tecnologia, possuindo certificações relevantes na área de tecnologia e habilidades em liderança de equipes, gestão de projetos e implementação de soluções inovadoras.</p> <p>Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
<p>Guilherme Alberto Woods Soares Cavaliari <i>Comitê de Gente</i></p>	<p>O Sr. Guilherme Alberto é administrador pela FGV com MBA pela USP. Atuou nas seguintes organizações nos últimos anos: Boehringer Ingelheim, TAM, LG, Serasa Experian, A.C. Camargo e Firjan. Hoje é conselheiro na ABRH-SP. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
<p>Rogério Rizzi de Oliveira <i>Comitê de Estratégia e Novos Negócios</i></p>	<p>Rogério Rizzi é um executivo com ampla experiência em estratégia corporativa, atuando como Chief Strategy Officer, membro de conselhos e líder em desenvolvimento de negócios. Atuou em empresas de tecnologia globais como Okta, SAP e HPE, liderando iniciativas de crescimento, transformação digital, plataformas em nuvem, cibersegurança, inteligência artificial, SaaS e semicondutores. Foi sócio da Monitor Group, empresa de consultoria estratégica, onde liderou os escritórios de Chicago e São Paulo por 10 anos, com foco em expansão internacional, M&A, tecnologia e manufatura. Atua como conselheiro em temas de transformação digital e crescimento global. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
<p>Anderson Henrique Prehs <i>Comitê de Integridade</i></p>	<p>Anderson Henrique Prehs ocupa desde 2021 as funções de Diretor Jurídico Corporativo e de Compliance da Positivo Tecnologia, com atuação executiva e perfil generalista, destacando-se pela forte interface com áreas de negócio e suporte estratégico à alta administração. É advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR) e possui LLM pelo IBMEC/Rio. Possui experiência consolidada em ambientes corporativos de grande porte nas diversas áreas do direito empresarial e de governança corporativa. Atuou como head jurídico na TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá entre 2011-2020 e advogado societário e mercado de capitais na ALL - América Latina Logística entre 2002 e 2010. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>
<p>Edson Alvim Toffoli <i>Comitê de Integridade</i></p>	<p>Edson Alvim Toffoli é Diretor Vice-Presidente de Operações da Positivo Tecnologia, com sólida experiência em operações industriais, gestão de produção e transformação tecnológica, acumulando mais de duas décadas de atuação no setor de tecnologia e manufatura. Possui formação complementar executiva internacional, incluindo programas do MIT Professional Education nas áreas de Internet das Coisas (IoT) e gestão estratégica de tecnologia e portfólio. Ingressou na companhia tendo exercido previamente a função de Diretor Industrial, com destaque para a liderança da operação da unidade de Manaus, uma das principais plantas industriais do grupo, responsável por relevante parcela da produção e eficiência operacional da Companhia. Ao longo de sua trajetória, desenvolveu expertise na gestão de operações complexas, otimização de processos produtivos, supply chain e implementação de iniciativas de transformação tecnológica voltadas à eficiência e escalabilidade industrial. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.</p>

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Samuel Ramos Lago	000.958.859-00
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Paulo Fernando Ferrari Lago	609.974.359-68
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	

Observação	N/A
------------	-----

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Thais Susana Ferrari Lago	609.974.609-97
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Oriovisto Guimarães	316.626.259-87
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		

Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Lucas Raduy Guimarães	875.483.489-91
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Presidente do Grupo Positivo Educacional e Controlador da Positivo Tecnologia	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	

Pessoa Relacionada

Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Sofia Guimarães Von Ridder	875.477.679-15
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controladora	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Rafael Moia Vargas	005.164.139-96
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	

Pessoa Relacionada

Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Cixares Libero Vargas	133.896.379-15
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Rodrigo Cesar Formighieri	033.949.989-39
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Isabela Cesar Formighieri	026.684.419-78
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Rodrigo Cesar Formighieri	033.949.989-39
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Daniela Cesar Formighieri Rigolino	026.749.599-40
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

b. controlador direto ou indireto do emissor

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Administrador da Companhia	Cargo na Companhia	CPF/CNPJ	Pessoa relacionada	Cargo na/Relação com a Pessoa Relacionada	CPF/CNP J	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de	755.250.039-53	ACC Brasil Indústria e Comércio	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta

Administrador da Companhia	Cargo na Companhia	CPF/CNPJ	Pessoa relacionada	Cargo na/Relação com a Pessoa Relacionada	CPF/CNP J	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
	Administração		de Computadores Ltda.				
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rafael Moia Vargas	Membro do Conselho de Administração	005.164.139-96	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Rafael Moia Vargas	Membro do Conselho de Administração	005.164.139-96	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Rafael Moia Vargas	Membro do Conselho de Administração	005.164.139-96	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rafael Moia Vargas	Membro do Conselho de Administração	005.164.139-96	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta

**_*_*_